



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PAULO HENRIQUE DA SILVA BARROS

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: NARRATIVAS DE
MORADORES COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE UMA POLÍTICA
PÚBLICA – UM ESTUDO A PARTIR DO RESIDENCIAL COMPLEXO DOS
ESCRITORES, FORTALEZA-CE**

FORTALEZA

2019

PAULO HENRIQUE DA SILVA BARROS

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: NARRATIVAS DE MORADORES
COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA – UM
ESTUDO A PARTIR DO RESIDENCIAL COMPLEXO DOS ESCRITORES,
FORTALEZA-CE

Monografia apresentada ao curso de
Gestão de Políticas Públicas do
Departamento de Estudos
Interdisciplinares da Universidade
Federal do Ceará – UFC, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Gestão de Políticas
Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Roselane Gomes
Bezerra.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B281p Barros, Paulo Henrique da Silva.
O Programa Minha Casa, Minha Vida : narrativas de moradores como instrumento de análise de uma política pública – Um estudo a partir do Residencial Complexo dos Escritores, Fortaleza-CE / Paulo Henrique da Silva Barros. – 2019.
75 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Roselane Gomes Bezerra.
1. Habitação. 2. Políticas Públicas. 3. Residencial Complexo dos Escritores. 4. Programa Minha Casa Minha Vida. I. Título.

CDD 320.6

PAULO HENRIQUE DA SILVA BARROS

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: NARRATIVAS DE MORADORES
COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA. UM
ESTUDO A PARTIR DO RESIDENCIAL COMPLEXO EM ESCRITORES,
FORTALEZA-CE.

Monografia apresentada ao curso de
Gestão de Políticas Públicas do
Departamento de Estudos
Interdisciplinares da Universidade
Federal do Ceará – UFC, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Gestão de Políticas
Públicas.

Aprovado em ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Roselane Gomes Bezerra (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Suely Salgueiro Chacon
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Francisca Silvania de Sousa Monte
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de ingressar minha graduação na Universidade Federal do Ceará.

Agradeço aos meus pais, Alcides Barros e Célia Barros, que me ensinam o valor da ética, da determinação, do saber e das coisas simples da vida. Eles são o meu porto seguro e exemplos na minha vida.

As minhas irmãs, Ana Cláudia Barros e Ana Paula Barros, a minha prima Mariane, e ao meu cunhado Ricardo que me apoiam, incentivam, e que me ajudaram de diversas maneiras durante a graduação.

As minhas sobrinhas, Ketlen Barros e Camila Barros, que buscarei sempre ser um bom exemplo de profissional e ser humano para elas.

Aos meus colegas de turma de Gestão de Políticas Públicas que sempre estão ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

Aos discentes e amigos, Jéssica Venâncio, Thaynara Pontes, Robert Alves, e em especial, Livia Rodrigues e Lidiane Marques. A condução do meu projeto de pesquisa e consequentemente a minha monografia não teriam sido possíveis sem o apoio dos mesmos. São grandes parceiros e nunca me deixaram desanimar. Sou imensamente grato aos nossos momentos de confiança e alegrias.

Aos moradores do Residencial Complexo dos Escritores por terem se disponibilizados a responder os questionamentos.

A minha orientadora prof^a Dra. Roselane Gomes Bezerra que me proporcionou grandes aprendizados durante a academia e foi minha inspiração para o estudo na área das políticas urbanas. Obrigado pela dedicação e paciência durante a orientação!

A banca examinadora, Dra. Suely Salgueiro Chacon e Dra. Francisca Silvania de Sousa Monte por terem se disponibilizado a ler e avaliar este trabalho. Obrigado por serem professoras incríveis!

Ao ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva que incentivou as políticas sociais no país, sendo uma delas e foco desta pesquisa, o Programa Minha Casa Minha Vida.

Por fim, a Deus novamente que é o início e o fim na minha vida. Ele me proporciona ser um ser humano melhor a cada dia.

“Seja a mudança que você quer ver no mundo.”

Mahatma Gandhi

RESUMO

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançado no ano de 2009 com o objetivo auxiliar famílias de baixa renda na compra da casa própria, inscritas no Cadastro Único, facilitando o financiamento por meio de prestações reduzidas, constituindo-se atualmente na principal política governamental brasileira de redução do déficit habitacional. Buscou-se neste trabalho analisar o Programa Minha Casa Minha Vida a partir da vivência dos moradores do Residencial Complexo dos Escritores do bairro Paupina. Para atingir tal objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: relatar sobre o histórico do Programa Minha Casa Minha Vida no contexto nacional até o municipal; compreender o processo de implementação do Residencial Complexo dos Escritores na visão dos moradores; e investigar se o Programa foi satisfatório para os moradores. Para responder os objetivos propostos, realizou-se entrevistas semiestruturadas com moradores do Residencial, Diário de Campo e fotografias do espaço, além do relato de vivência do pesquisador no *locus* do estudo. Para análise de dados, utilizou-se a Análise de Discurso. Como resultados, pode-se observar que a grande maioria dos entrevistados estão satisfeitos com suas novas moradias, sendo os principais fatores positivos, a oportunidade proporcionada a população de morar em casas com infraestrutura e saneamento básico adequados, retirando-as do aluguel. Porém, quanto aos fatores negativos encontrados estão: o distanciamento do residencial em relação aos bairros centrais de Fortaleza, a ausência de escolas, postos de saúde, espaços de lazer e principalmente a falta de policiamento. Após realizado a Análise foi constatado que a política foi satisfatória pela maioria dos beneficiários.

Palavras-chave: Habitação. Políticas Públicas. Residencial Complexo dos Escritores. Programa Minha Casa Minha Vida.

ABSTRACT

The Minha Casa Minha Vida Program (MCMVP) was launched in 2009 with the objective of assisting low-income families in the purchase of their homes, registered in the Cadastro Único, facilitating financing through reduced benefits, and is currently the main Brazilian government policy of reducing the housing deficit. This paper aimed to analyze the Minha Casa Minha Vida Program from the experience of the residents of the Residential Complex of Writers Paupina neighborhood. To achieve this goal, the following specific objectives were defined: report on the history of the Minha Casa Minha Vida Program in the national to the municipal context; understand the process of implementation of Residential Complex Writers in the view of residents; and investigate whether the Program was satisfactory to residents. To answer the proposed objectives, semi-structured interviews were conducted with residents of the Residential, Field Diary and photographs of the space, as well as the researcher's report on the locus of the study. For data analysis, discourse analysis was used. As a result, it can be observed that the vast majority of respondents are satisfied with their new housing, being the main positive factors, the opportunity provided to the population to live in houses with adequate infrastructure and basic sanitation, removing them from rent. However, the negative factors found are: the distance from the residential in relation to the central neighborhoods of Fortaleza, the absence of schools, health centers, leisure spaces and especially the lack of policing. After the analysis, it was found that the policy was satisfactory by most beneficiaries.

Keywords: Housing. Public policy. Residential Complexo dos Escritores. Minha Casa Minha Vida Program.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
ETICE	Empresa de Tecnologia de Informação do Ceará
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HABITAFOR	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLHIS	Plano Habitacional de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa de Fortaleza com a localização dos condomínios.....	36
Figura 2 -	Condomínio Graciliano Ramos.....	39
Figura 3 -	Bloco contendo 08 apartamentos.....	39
Figura 4 -	Ruas entre blocos.....	39
Figura 5 -	Hall de entrada dos blocos.....	39
Figura 6 -	Pichação no muro de entrada dos condomínios.....	49
Figura 7 -	Exemplo de espaço cercado.....	50
Figura 8 -	Espaço destinado ao lixo, agora ponto comercial.....	50
Figura 9 -	Camburão de lixo.....	51
Figura 10 -	Ocupação de Terras.....	51
Figura 11 -	Padaria construída em terreno baldio.....	52
Figura 12 -	Planta de situação.....	63
Figura 13 -	Planta baixa/ térreo.....	64
Figura 14 -	Planta baixa/ térreo PNE.....	65
Figura 15 -	Planta baixa/ superior.....	66
Figura 16 -	Planta de situação/ elétrica.....	67
Figura 17 -	Planta de situação/ incêndio.....	68
Figura 18 -	Planta de situação/ interfone.....	69
Figura 19 -	Planta de situação/ telefone.....	70
Figura 20	Planta de situação/ hidráulica.....	71
Figura 21 -	Planta de situação/ sanitária.....	72
Figura 22 -	Vista parede/ cozinha e serviço.....	73
Figura 23 -	Planta baixa/ banheiro e cozinha.....	74
Figura 24 -	Vista parede/ cozinha e serviço.....	75
Figura 25 -	Vista parede banheiro.....	76
Figura 26 -	Vista parede cozinha/ serviço/ pav. térreo.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Caracterização do Território.....	30
Tabela 2 -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE.....	30
Tabela 3 -	População Total e por Gênero - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE	31
Tabela 4 -	Estrutura Etária da População - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE	32
Tabela 5 -	Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE.....	32
Tabela 6 -	Renda, Pobreza e Desigualdade-UDH - Ancuri I/Paupina I – CE.....	33
Tabela 7 -	Ocupação da população de 18 anos ou mais - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE.....	34
Tabela 8 -	Indicadores de Habitação - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE.....	35
Tabela 9 -	Vulnerabilidade Social - UDH - Ancuri I / Paupina I - CE.....	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	16
3	A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL.....	20
3.1	O direito à Moradia Digna.....	22
3.2	O Programa Minha Casa Minha Vida.....	24
3.3	Política Habitacional em Fortaleza.....	26
4	BAIRRO PAUPINA: PERFIL SOCIOECONÔMICO E DADOS ESTRUTURAIS DO LOCAL.....	30
4.1	Residencial Complexo dos Escritores.....	36
4.2	Os impactos na vida dos moradores a partir da aquisição dos apartamentos.....	40
4.3	Relato pessoal do pesquisador como residente no lócus estudado.....	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
	REFERÊNCIAS	55
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO COMPLEXO DOS ESCRITORES.....	58
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	62
	ANEXO A - PLANTAS DO MODELO DOS CONDOMÍNIO DO RESIDENCIAL COMPLEXO DOS ESCRITORES.....	63

1 INTRODUÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é um programa federal lançado no ano de 2009 que tem como objetivo auxiliar na compra da casa própria das famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único, facilitando o financiamento por meio de prestações reduzidas. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, o Cadastro único, ou simplesmente CadÚnico, é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. A primeira fase do sorteio ocorreu do ano de 2009 a 2011 com meta de serem entregues um milhão de moradias, a segunda iniciou-se em 2011 com término no ano de 2014, com meta de entregar mais de dois milhões de moradias.

Em Fortaleza, houve alguns residenciais entregues pela prefeitura por meio do PMCMV desde o ano de 2016 que se enquadram na modalidade Faixa 1 e 1,5 (Pessoas com renda de até três salários mínimos). O foco desta pesquisa será em um destes residenciais, o Complexo dos Escritores, ele é formado por oito condomínios residenciais, cada um nomeado com um escritor reconhecido da literatura brasileira. São 1.920 unidades habitacionais, destas são 1.032 demandadas pelo Governo do Ceará e 888 da prefeitura de Fortaleza. O Complexo recebeu o financiamento da Caixa Econômica Federal. As unidades residenciais estão situadas próximo a BR-116 Km 11 no bairro Paupina, em Fortaleza- CE, próximo a um bairro populoso e conhecido na cidade por ter um forte comércio, o bairro Messejana.

A ideia de investigar os condomínios residenciais do Complexo dos Escritores partiu da experiência nas disciplinas Políticas Urbanas e Gestão Municipal e de Territórios no curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC). As discussões debatidas nessas disciplinas levaram ao autor deste trabalho a pensar criticamente sobre os problemas urbanos da cidade de Fortaleza e a se inquietar com a problemática de moradia. Ressalta-se que o pesquisador tem relação direta e pessoal com o PMCMV devido sua residência se localizar no objeto de estudo.

Buscou-se neste trabalho analisar o Programa Minha Casa Minha Vida a partir da vivência dos moradores do Residencial Complexo dos Escritores como objetivo geral desta pesquisa. Para chegar a esta análise buscou-se relatar sobre o histórico do Programa Minha Casa Minha Vida no contexto nacional até o municipal; compreender o processo de implementação do Residencial Complexo dos Escritores na visão dos moradores; e investigar se o Programa foi satisfatório para os moradores.

Estudar habitação é importante para compreendermos quais ações estão sendo realizadas pelo poder público atualmente, tendo em vista que ao longo dos anos houveram uma diminuição nas verbas para o Programa Minha Casa Minha Vida (ROMAGNOLI, 2012). Falar sobre habitação envolve também direitos à saúde, pois uma moradia bem estruturada permite ao ser humano um atendimento mínimo de segurança e saneamento básico. Serviços como água encanada, esgoto, limpeza nas ruas rotineiramente, etc., evitam grandes problemas na saúde que geralmente surgem com a baixa qualidade e precarização da moradia. Para Corona e Lemos (2017) Habitação é o lugar no qual se habita. Constitui em arquitetura, o abrigo ou invólucro que protege o homem, favorecendo sua vida no duplo aspecto material e espiritual. Ato ou efeito de habitar. Morada. Residência. (DICIONÁRIO DE ARQUITETURA BRASILEIRA, 2017). E para Albernaz e Lima (2000) Habitação é espaço construído destinado a moradia. Pode ser unifamiliar, quando se destina a uma única família, sendo comumente chamado casa, ou multifamiliar, quando se destina a mais de um domicílio, como, por exemplo, o edifício de apartamentos. (DICIONÁRIO ILUSTRADO DE ARQUITETURA, 2000)

Sendo assim um tema de relevância na Academia, pois permite que novos estudos possam ser feitos a partir dos resultados e assim contribuindo para a sociedade em geral e interessados.

No capítulo 2, foram abordados os aspectos metodológicos do trabalho onde explica-se como foi executada a pesquisa de campo e sua forma de análise. Logo em seguida, no capítulo 3, conta-se o histórico das políticas habitacionais no Brasil, relatando-se um pouco sobre as que antecederam o Programa Minha Casa Minha Vida até o presente momento, além de explicitar a política pública de moradia como um direito pertencente a todos e todas.

No capítulo 4, a partir do exposto, adentrou-se no foco da pesquisa que é o Residencial Complexo dos Escritores, incluiu-se neste capítulo dados socioeconômicos do bairro Paupina onde compreende-se o lócus da pesquisa. Após seguiu-se os relatos e análise nas entrevistas realizadas e considerações finais do pesquisador.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Na metodologia é feita uma descrição minuciosa do objeto de estudo e das técnicas utilizadas nas atividades de pesquisa. Para o cumprimento dos objetivos propostos, a abordagem da pesquisa compreende-se como qualitativa.

Segundo Silva e Menezes (2000, p. 20), “a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem”. Já os autores Gerhardt e Silveira na abordagem qualitativa “os pesquisadores que utilizam estes métodos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.” (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 32)

Esta pesquisa tem o intuito de analisar a percepção dos moradores sobre a política de habitação focando no programa Minha Casa Minha Vida, nela foi investigado o processo de mudança das pessoas desde as suas antigas moradias até a atual de acordo com os relatos nas entrevistas. Buscou-se também conhecer os seus bairros de origem, o período que levou da inscrição para o sorteio até o recebimento do apartamento e se os mesmos se encontram satisfeitos com suas moradias.

A análise para Dunn (1981, p.9, *apud* SECCI, 2016, p.11) de uma política pública é uma disciplina de ciência social aplicada que usa múltiplas metodologias de pesquisa e argumentação para produzir e transformar informações relevantes que poderão ser atualizadas no contexto político para resolver problemas público. E para Yanow (2000, p.8 *apud* SECCI, 2016, p.11) análise de política pública busca informar algum público – tradicionalmente, o tomador de decisão – sobre uma potencial política pública: qual será seu impacto sobre a população alvo, se tem chances de atingir os objetivos desejados, se é política correta para enfrentar um problema específico.

A coleta de dados foi por meio de 15 entrevistas semiestruturadas, além do relato de vivência no local do pesquisador. As entrevistas semiestruturadas permitem ao pesquisador compreender a subjetividade de cada entrevistado tendo em vista que eles são os sujeitos principais da pesquisa.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Já de acordo com Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Em algumas perguntas do questionário foram seguidas a estrutura do modelo Escala Likert que permitem respostas autodescritivas, oferecendo como opções de resposta uma escala de descrições que contemplam extremos como, por exemplo, concordo totalmente e discordo totalmente, permitindo ao pesquisador descobrir diferentes níveis de intensidade da opinião sobre um mesmo tema. Segundo Cunha (2007), no resumo do artigo de 1934, Likert, afirma:

É apresentado um método simples de atribuir escores em Escalas de Atitude de Thurstone, que não envolve o uso de um grupo de juizes e ainda se baseia em várias amostras para ser consistentemente mais fidedigno do que o método original.” Não se muda de paradigma mas apenas de forma de construção do instrumento de medida. Elaboração de uma lista de frases que manifestem opiniões radicais (claramente positivas ou negativas) em relação à atitude que se está a estudar tendo o cuidado de cobrir as diferentes vertentes que se relacionam com o assunto. (LIMA *apud* CUNHA, 2000, p. 25)

Também na coleta de dados será utilizado o Diário de Campo como outra ferramenta do pesquisador, tendo em vista que ele se encontra como residente no local a ser estudado, fazendo-o com que seu relato seja de extrema importância para a pesquisa.

Segundo Lopes *et al* (2002) o Diário de Campo é um recurso usado pela etnografia como forma de registrar como forma ideal o cotidiano das pesquisas. A confecção do Diário não recebe um tratamento idêntico por todos os pesquisadores, como exemplo, além da escrita, o Diário pode trazer desenhos, o que ajuda extraordinariamente a memória do pesquisador. Ou pode conter anotações em código, símbolos, abreviações etc.

A partir disso, o pesquisador buscou fazer um relato pessoal sobre o objeto de investigação de acordo com a sua vivência no local da pesquisa. Com isso, o observador descreve a sua visão crítica sobre a política e sobre o local não somente como pesquisador, mas também como sujeito da pesquisa contribuindo para obtenção de relatos variados sobre um mesmo território.

As técnicas utilizadas na pesquisa foram a pesquisa documental e a bibliográfica, além da entrevista semiestruturada dita anteriormente com os moradores do Complexo dos Escritores situado no bairro Paupina em Fortaleza - CE, a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 37 *apud* FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas,

tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (GERHARDT & SILVEIRA, 2009, p. 37 *apud* FONSECA, 2002, p. 32).

A análise de dados foi por meio da Análise de Discurso feita a partir dos resultados alcançados em ambas entrevistas, semiestruturada e questionários, para assim compreender as construções ideológicas presentes nas mesmas. Para Laurence Bardin, a Análise de Discurso é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens”. (CAREGNATO; MUTTI, 2006)

Neste trabalho foram abordados vários autores reconhecidos nas áreas das políticas urbanas para fundamentação do tema proposto, entre eles estão Teófilo Marcelo de Arêa Júnior, Odoné Serrano Júnior e Ermínia Maricato, suas bibliografias faz um diálogo com a pesquisa aqui apresentada.

Considerando o respeito pela dignidade humana e de acordo com a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, serão protegidos os direitos humanos dos entrevistados durante o período da pesquisa, buscando não os constranger e mantendo sigilo de suas respostas. Não foi imposto aos entrevistados a obrigação de responderem às perguntas durante as entrevistas, respeitando-os em seus direitos e liberdades de fala. Para garantir a bioética dos indivíduos serão usados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

A resolução CNS 196 (1996) define o consentimento livre e esclarecido como “anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais de riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária no experimento”. O consentimento livre e esclarecido do participante é uma exigência não só do Brasil, mas de todos os códigos internacionais e é, sem dúvida, um dos pilares da ética nas pesquisas científicas.

A pesquisa tem relevância social devido o lócus da pesquisa não ser um espaço usual para realizações de pesquisas, apesar dos residenciais ser conhecido na cidade. E com a realização desta pesquisa, haverá mais um material para se estudar programas de habitação em Fortaleza.

3 A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL

Como sabemos, existem no Brasil alguns problemas sociais como déficit na educação, saúde, cultura, dentre outros, e um dos maiores é o déficit habitacional. Segundo Leão Júnior (2014), o valor do déficit foi divulgado em outubro de 2010 de 5,572 milhões de moradias, segundo pesquisa pela Fundação João Pinheiro e propagados pelo Ministério das Cidades. Um número que apesar de alto foi reduzido comparado com a quantidade no ano de 2007 que era de 6 milhões. A maioria das pessoas encontradas nestes números são pessoas com renda abaixo de cinco salários mínimos.

O cálculo do déficit habitacional é feito seguindo alguns fatores, que são: Domicílios Improvisados, que são aqueles comumente encontrados em periferias, com insalubridades, precariedade em suas construções, gerando maiores riscos de doenças; coabitação Familiar, que são aquelas moradias onde mais de uma família reside no mesmo terreno; aluguéis excessivos, famílias que destinam um valor significativo de seus salários a pagamentos no aluguel; concentração de pessoas nos domicílios alugados, quando pessoas dividem o mesmo dormitório; e problemas de legalidade fundiária urbana, residências ilegais que causam insegurança devido a não garantia de permanência na morada. (LEÃO JÚNIOR, 2014).

A partir desses fatores é visto a necessidade da implementação de políticas públicas habitacionais, urbanas e rurais, como forma de incluir aos que precisam em uma vida digna. E uma forma disso se concretizar é através do Estatuto da Cidade, instituído pela Lei 10.257/2001, mais precisamente nos artigos nº182 e nº183 da Constituição Federal que tratam sobre a política urbana.

O Estatuto da Cidade determina regras que orientam o governo e a população ao crescimento urbano de um município e de que forma podem ser feito o uso e ocupação do solo de maneira mais justa para todos e sustentável.

Além do Estatuto é também instituído pela Constituição Federal a elaboração de um Plano diretor aos municípios com mais de vinte mil habitantes. Este é elaborado pelo poder executivo da cidade e aprovada pelo poder legislativo, contém exigências

para as empresas e cidadãos, como por exemplo, restringe os usos permitidos para os terrenos ou imóveis, ele também estimula empresas a instalarem unidades em certos locais por meio de incentivos tributários, também compromete ao poder público municipal a ampliar /ou restaurar os equipamentos de infraestrutura urbana da cidade de acordo com as prioridades do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei anual do Orçamento Municipal.

Para o enfrentamento da problemática habitacional foi instituído também em âmbito nacional o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), por força da Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005. São objetivos do SNHIS: a) viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; b) implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e c) articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Com o fim de proporcionar um maior impulso à política habitacional, foi instituído também o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), cujos recursos deverão ser aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Municípios e Distrito Federal, desde que cumpridas as exigências legais. Dentre as exigências apresentadas pelo artigo 12, da Lei 11.124/2005, para acessar os recursos do FNHIS, os municípios deverão elaborar seu Plano Habitacional de Interesse Social, que deverá estar adequado à realidade e às demandas locais. (PLHIS - FOR, 2010)

Por meio do governo federal são realizadas alguns programas federais na habitação, são estes: Fundo de Arrendamento Residencial, de natureza privada, regido pela Lei nº10.188/2001, objetiva prover recursos ao Programa de Arrendamento Residencial – PAR e ao PMCMV para realização de empreendimentos imobiliários. O PMCMV Associativo, utiliza recursos do FGTS para fins habitacionais em forma associativa caracterizado pela concessão de financiamento direto às pessoas físicas organizadas em grupos por meio de uma entidade organizadora e com ajuda de uma construtora. E o Pró-Moradia, tem por objetivo financiar para estados e municípios com a utilização dos recursos do FGTS verbas para ajudar famílias em situação de risco social a conseguir uma moradia melhor e de mais qualidade.

3.1 O direito à moradia digna

Moradia é um direito fundamental de todos os cidadãos e uma necessidade essencial para todo e qualquer ser humano (SERRANO JUNIOR, 2012). Morar em um local bem estruturado, com saneamento básico, e outros requisitos que possam afirmar condições de dignidade também faz parte do processo de cidadania, e ser cidadão não é apenas ser aquele que vota nas eleições, mas aquele que participa e é incluído nas políticas públicas do país.

Como diz Maria Eliene Lima *et al* (2017)

A cidadania está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano e suas relações sociais estão dentro do contexto do Estado, portanto, seu conceito não é determinado, sua compreensão varia no tempo e no espaço, modificando-se a depender do jogo de interesses de quem busca ser cidadão. Cada época produziu práticas e reflexões sobre cidadania muito distintas, pois é uma construção histórica específica da civilização ocidental. Nesse sentido, entendemos ser necessária uma historiografia para melhor compreensão do que vem a ser a luta constante de direitos que conduzam à cidadania plena. (LIMA *et al*, 2017)

Cidadania está ligado à vida em sociedade, as estruturas socioeconômicas refletem na evolução do conceito e da prática, se adaptando de acordo com as necessidades de cada época. A palavra cidadania está em discussão desde o desenvolvimento das *póleis* gregas, entre os séculos VIII e VII a.C. e segue até os dias de hoje sendo destacado como uma condição de igualdade civil e política. (REZENDE NETO; CÂMARA NETO, 2001)

Existe no país uma imensa desigualdade na distribuição de renda e isso é um grande fator que impulsiona a população mais pobre a ocupar áreas insalubres ou de risco com o intuito de moradia, pois esta mesma população não se encontra em condições de adquirir sua casa própria. Com isso, surgem às favelas, elas são uma junção de problemas sociais, econômicos e políticos. Para Queiroz Filho (2011) as causas mais comuns estão o êxodo rural, a falta de planejamento urbano, os períodos de depressão ou estagnação econômica, a pobreza, o desemprego elevado, a economia informal etc.

Segundo Valadares (1983), a favela constitui-se em formas ilegais de ocupação do solo, já que esta, não se baseia nem na propriedade da terra, nem em seu aluguel aos proprietários legais. E que foi a partir de estudos de favelas que se começou a pensar

sistematicamente a questão da habitação no Brasil. A diminuição dessa desigualdade e a busca pela dignidade advém com a busca pela inclusão social, que segundo Cocurutto (2008) a dignidade surge com a inclusão social mediante a eliminação da pobreza e marginalização, redução das desigualdades sociais, e a promoção do bem de todos, sem preconceitos ou qualquer forma de discriminação, para que se tenha uma sociedade livre, justa e solidária. E que a inclusão social é um princípio constitucional implícito, extraído do artigo 3º, I, III e IV, da Carta Magna, vinculado aos objetivos fundamentais da nação brasileira.

A partir disso pensou-se em programas de financiamento com parcelas mais baratas como facilidade ao acesso à moradia digna. Segundo Maricato (2017), é necessário criar linhas de financiamento específicas para a reabilitação de áreas centrais: para compra de imóveis usados, reformas de moradias coletivas, iniciativas cooperativas além dos tradicionais financiamentos para a promoção privada e pública.

Observa-se que os residenciais estudados nesta pesquisa se localiza distante dos bairros centrais da cidade. Apesar do bairro Messejana, que é um grande polo comercial de Fortaleza ser o bairro vizinho, não fica tão próximo do bairro Paupina, um dos últimos bairros da cidade. Para Rufino (2015, p. 60,67), as construções do Programa Minha Casa Minha Vida estão distantes do centro urbano, onde as terras são mais baratas. As pessoas de menor renda são sujeitas a viverem em locais distantes dos centros urbanos, onde não há equipamentos públicos, comércio, indústrias.

Encontra-se escrito na Constituição Federal, em seu Art. 6º, o seguinte exposto, todos têm o direito à moradia, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC nº 26/2000 e EC nº 64/2010).”

Por meio do Decreto 591, de 6 de julho de 1992, o Brasil ratificou o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da ONU, fazendo-o ingressar na Ordem Jurídica Nacional com força de norma constitucional (Constituição do Brasil – 1988 – artigo 5º, §§ 2º e 3º). Esse Pacto (Tratado Internacional sobre direitos humanos), em seu artigo 11, prevê a obrigação do Estado brasileiro de proteger e promover o direito à moradia digna. A redação do dispositivo é a seguinte:

Art. 11. 1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à

alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

Sendo assim, os governos das três instâncias buscam soluções para incluir o direito à moradia digna na vida da nossa sociedade como pede a Constituição. Nem todos os nossos representantes políticos cumprem esse papel, mas é obrigação do cidadão brasileiro exigir esse direito.

3.2 O Programa Minha Casa Minha Vida

Os problemas de habitação desde sempre foram evidenciados e ao longo dos anos surgiram muitos programas relacionados a moradia no Brasil para tentar solucionar tais problemas, como, por exemplo, a Fundação da Casa Popular (1946) que foi o primeiro órgão federal com a finalidade de centralizar a política habitacional.

Existiu também o Banco Nacional de Habitação que era voltado ao financiamento e a produção de empreendimentos imobiliários, como faz atualmente a Caixa Econômica Federal, o Pró-Moradia que financia projetos de habitação para a população de baixa renda por meio dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). E atualmente temos o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foco desta pesquisa.

Como dito anteriormente, o lançamento do programa ocorreu no ano de 2009 no governo Lula e sua primeira fase foi até 2011, depois deu início a segunda fase que se estendeu até o ano de 2014 no governo Dilma Rousseff. O PMCMV mostra-se como um programa do setor da economia dirigido à habitação de mercado. Porém, a partir da intervenção da Secretaria Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o programa também incluiu-se como Habitação de Interesse Social (HIS), segmento composto por famílias com renda mensal menor que três salários mínimos. (MOREIRA; SILVEIRA, 2015)

O programa é separado por quatro faixas de rendas para financiamentos:

- Faixa 1 - para famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil;
- Faixa 1,5 - limite de renda mensal de R\$ 2,6 mil;

- Faixa 2 - limite de renda mensal passa de R\$ 4 mil;
- Faixa 3 - limite de renda mensal passa de R\$ 6,5 mil para R\$ 9 mil.

O PMCMV faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que foi criado em 2007 com o intuito de planejar e executar grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, superando a situação de baixo crescimento econômico do país. O PAC vem sendo colocado como prioridade nos últimos anos por tratar de questões de urgência e rapidez para apresentar maiores taxas de crescimento.

O PAC teve grande importância durante a crise financeira mundial entre 2008 e 2009, garantiu emprego e renda aos brasileiros mantendo a economia ativa aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais. E em 2011 adentrou na sua segunda fase, onde com o mesmo pensamento estratégico, obteve mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes melhorando a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

O PMCMV vem tirando muitas pessoas de situação de vulnerabilidade. De acordo com dados do Governo Federal, do início do programa até março de 2015 haviam 3, 857 milhões de famílias beneficiadas. Desde o início de 2009 até o ano de 2017, os bancos haviam liberado R\$ 139,6 bilhões em financiamento, principalmente a Caixa Econômica Federal. Foi investido entre 2009 e 2015 o total de R\$ 114,8 bilhões para subsidiar imóveis das famílias que se enquadram na faixa de menor renda. (POLITIZE!, 2017)

Os apartamentos foram entregues em Fortaleza através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR) por meio de sorteios feito com pessoas em situação de baixa renda, moradia de aluguel e/ou de risco que são pré-inscritas para participar dos sorteios, estas pré-inscrições podem ser feitas nas Secretarias Regionais da cidade ou nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

No ano de 2018 foi eleito como Presidente do Brasil, o militar e deputado federal pelo Rio de Janeiro Jair Messias Bolsonaro, que a partir do ano de 2019, em seu primeiro ano de mandato, modificou a estrutura governamental extinguindo e unindo alguns ministérios, com isso o Ministério das Cidades que gerenciava o Programa Minha Casa Minha Vida foi extinto e o programa transferido para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Passado alguns dias, voltou com a palavra e recriou o

Ministério das Cidades que retornou com suas atividades. O atual presidente é inconstante em suas decisões, comprometendo até mesmo o respeito que o Brasil tem com os demais países.

O atual ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, declarou publicamente que o programa teria recursos suficientes somente até o mês de junho de 2019. O orçamento do programa é de R\$ 4,17 bilhões, um dos menores recursos desde o ano de 2009, ano de sua execução. Construtoras que atuam no PMCMV, principalmente na Faixa 1, para pessoas de baixa renda, ameaçam governo de parar obras no mês de Maio de 2019 por motivos de pagamentos em atraso. O presidente Bolsonaro decide liberar R\$ 800 milhões adicionais para o programa com o intuito de cobrir R\$ 550 milhões de desembolsos atrasados, mas com isso o programa corre o risco de não existir após o mês de Junho de 2019. (FOLHA, 2019)

Cogita-se que a partir de junho deste ano de 2019, se o PMCMV ainda continuar, terá que ser em um novo formato. Os beneficiários mais carentes financeiramente terão que alugar os imóveis do governo ao invés de buscarem um financiamento para adquirir a casa própria. E provavelmente terá um novo nome, isto segundo o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto (EXAME, 2019)

3.3 Política habitacional em Fortaleza

Existe no Brasil uma imensa desigualdade na distribuição de renda, impedindo que brasileiros (as) tenham acesso a uma moradia adequada para viver dignamente, e em Fortaleza não é diferente. Essa é uma situação que “obriga” a população mais pobre a ocupar áreas insalubres ou de risco com o intuito de moradia, pois esta mesma população não se encontra em condições de adquirir sua casa própria. Com isso, surgem às favelas, elas são uma junção de problemas sociais, econômicos e políticos. Entre as causas mais comuns estão o êxodo rural, a falta de planejamento urbano, os períodos de depressão ou estagnação econômica, a pobreza, o desemprego elevado, a economia informal, etc. (OSÓRIO, 2003)

Em alguns casos as favelas são conhecidas como assentamentos irregulares, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, aglomerados subnormais - como prefere chamar o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Hoje Fortaleza, tem 314.930 km² de área total moram 2.627.482 habitantes (Censo 2010/IBGE). Somada a esse número a população dos demais municípios componentes da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o total de habitantes alcança os 3.818.380.

Foi só a partir dos anos de 1930 a 1980 que o Brasil passou pelo processo de industrialização, onde deixa de ser um país rural para se tornar um país urbano. Fortaleza passa, também, pelo processo no qual é chamado de fenômeno urbano. Para Karl Marx (1818 - 1883) e Friedrich Engels (1820-1825) a análise do fenômeno urbano viria a centrar-se em torno de duas dimensões fundamentais: em primeiro lugar, a cidade é entendida como expressão da lógica capitalista e, em segundo lugar, o processo de urbanização é interpretado como uma condição necessária para a construção do socialismo. (FORTUNA, 2001)

Em Fortaleza, 16% da população vivem nesse modelo de organização do espaço, totalizando 396.370 pessoas. O índice é quase três vezes maior que a média nacional, de 6%. Das 441.937 pessoas que residem em favelas em todo o Ceará, chama a atenção que 89% estão concentradas na Capital. Localizadas em toda a cidade, elas somam 509 comunidades.

Além de Fortaleza, também existem favelas nos municípios do Ceará, como em Aquiraz, Camocim, Caucaia, Granja, Guaiúba, Itaitinga, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Pentecoste, Quixadá e Senador Pompeu. Os dados são da publicação "Aglomerados subnormais", do IBGE, referentes a 2010. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2014)

De acordo com o jornal O Povo (2011), a sétima maior favela do Brasil está em Fortaleza, com 42.878 habitantes, que é o Pirambu, ele consta na lista dos aglomerados subnormais mais relevantes do País, segundo pesquisa, divulgadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de dados do Censo Demográfico 2010.

Observou-se a presença dos seguintes programas existentes na cidade de Fortaleza: Programa Melhorias Habitacionais, objetiva proporcionar condições mínimas de habitabilidade por meio da construção e reparos de banheiros e outras estruturas básicas do lar, além de promover o acesso e ampliar a rede de saneamento básico em áreas de risco, carentes e/ou ocupações consolidadas no município de Fortaleza;

Programa de Locação Social, trata-se de transferência mensal de recursos concedidos às famílias que se enquadrem nas situações previstas na Lei Municipal 10.328 /2015 e que não disponham de meios materiais para adquirir ou alugar moradia.

A Lei é fruto de uma conquista popular e, desde a sua publicação, já foi formulada pela Prefeitura de Fortaleza por duas vezes; Regularização Fundiária, é um dos eixos da Política de Habitação de Interesse Social, determinado pela Lei Federal 6.444. Promove a segurança patrimonial por meio da entrega do Termo de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), conhecido como papel da casa. O termo é registrado em cartório de ofício de imóveis e passa a constar na matrícula do imóvel, que garante à família o direito de permanência no imóvel, promovendo a segurança jurídica. Pirambu, São Cristóvão, Campo Estrela e Conjunto Palmeiras são exemplos de bairros beneficiários deste projeto.

Vila dos Pescadores, este projeto é realizado na comunidade do Pirambu, seu público alvo são os pescadores que moravam na região e que viviam em localidades sem saneamento básico. A ideia foi construir pequenos condomínios de frente para o mar, para que essas famílias continuassem exercendo suas atividades sem sair da área de pesca.

Residencial Alto da Paz, será construído no Vicente Pinzón, é uma parceria da prefeitura de Fortaleza com os governos Estadual e Federal e abrigará os beneficiados pelo projeto de urbanização Aldeia da Praia, na Praia do Titanzinho, Serviluz e Vicente Pinzón, na Regional II; e o Programa Minha Casa Minha Vida, a Prefeitura Municipal de Fortaleza instituiu, em 2015, um modelo de sorteio para moradia popular do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), foi desenvolvido pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR, com base nos parâmetros e critérios estabelecidos na Lei Federal Nº 11.977/2009 do Programa Minha Casa, Minha Vida e na Portaria do Ministério das Cidades Nº 595/2013.

É perceptível o que se tem feito em Fortaleza em relação à moradia, porém, percebe-se que em alguns casos, como no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que suas construções localizam-se em regiões muito distantes da cidade ocorrendo até uma segregação residencial que é uma prática vista nas cidades onde há separação espacial de pessoas de acordo com sua classe social.

Pessoas do mesmo poder aquisitivo costumam ocupar os mesmos espaços sendo eles bairros, condomínios ou favelas destinados à moradia e com estes projetos isso tende a aumentar. Isso pode está ocorrendo propositalmente ou simplesmente porque esses terrenos foram os locais mais adequados que a prefeitura encontrou para se fazê-los em grande quantidade como foi feito. O fato é que a distância está acarretando outros problemas, como por exemplo, falta de postos de saúde, escolas, comércio e transporte público nas proximidades, isso será relatado mais à frente no capítulo 4.

4 O BAIRRO PAUPINA: PERFIL SOCIOECONÔMICO E DADOS ESTRUTURAIS DO LOCAL

Para compreendermos melhor a localidade dos Residenciais, buscou-se neste trabalho olhar para alguns dados do bairro Paupina que nos dão uma melhor percepção do perfil socioeconômico da população local.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,658, como mostra a tabela 1. Este é um dado pertencente a Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) da Região Metropolitana de Fortaleza. Os dados na tabela que mais contribuiu para o valor do IDHM da UDH foi o da Longevidade, com índice de 0,775, depois Renda, com índice de 0,612, e por último o de Educação, com índice de 0,601.

Tabela 01 - Caracterização do Território

IDHM 2010	Faixa do IDHM	População (Censo 2010)	Área	Densidade Demográfica
0,658	Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)	32.106 hab.	13, 8707 km ²	2314,66 hab/km ²

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010).

Tabela 02 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE

IDHM e componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,359	0,601
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	27,94	49,31
% de 5 a 6 anos na escola	75,52	98,09
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	50,52	87,61
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	22,88	53,34
% de 18 a 20 anos com médio completo	14,42	26,26

IDHM Longevidade	0,715	0,775
Esperança de vida ao nascer	67,88	71,51
IDHM Renda	0,542	0,612
Renda per capita	233,99	360,27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010).

A população feminina do bairro Paupina está em maior número que a masculina, e entre os anos 2000 a 2010 houve um crescimento na taxa anual de 3,50% nesta UDH. Na cidade de Fortaleza o crescimento foi de 1,39% e na região metropolitana foi de 1,69%. Como mostra a tabela abaixo, a população era de 32.106 pessoas no ano de 2010. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (2010), a taxa do Brasil neste mesmo ano teve um crescimento de 1,17%.

Tabela 03 - População Total e por Gênero - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE

População	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	22.757	100,00	32.106	100,00
População residente masculina	11.179	49,12	15.797	49,20
População residente feminina	11.578	50,88	16.309	50,80

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010).

A taxa da população potencialmente ativa é de 22.065, que são pessoas que estão entre 15 a 64 anos. As pessoas com menos de 15 anos e mais de 65 anos estão categorizados como razão de dependência, pois são dependentes dos demais. A taxa de envelhecimento presente na tabela é a razão entre a população de 65 anos ou mais em relação à população total.

Em 2010, a razão de dependência na UDH é de 45,51% e a taxa de envelhecimento, de 4,22%. Já o município apresenta razão de dependência de -2,42% em 2010, e a taxa de envelhecimento de 2,62%, no mesmo ano. Na RM, os valores respectivos são -2,60% e 2,49%. (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010)

Tabela 04 - Estrutura Etária da População - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE

Estrutura Etária	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	7.856	34,52	8.685	27,05
15 a 64 anos	14.113	62,02	22.065	68,73
População de 65 anos ou mais	788	3,46	1.356	4,22
Razão de dependência	61,26	-	45,51	-
Taxa de envelhecimento	3,46	-	4,22	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010).

A esperança de vida ao nascer é utilizado para indicar a dimensão Longevidade do IDHM. Em 2010, enquanto na UDH a esperança de vida ao nascer é de 71,5 anos mostrado na tabela, no Atlas do Desenvolvimento Humano relata que no município é de 74,4 anos e, na região metropolitana, de 73,9 anos. Quando observado a taxa de mortalidade que é referente a óbitos de crianças com menos de um ano na UDH vemos que é de 22,2 óbitos por mil nascidos vivos. Se olhado para Fortaleza vemos que é de 15,8 e Região Metropolitana é de 16,8 óbitos por mil nascidos vivos.

Tabela 05 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE

	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	67,9	71,5
Mortalidade infantil	38,0	22,2
Mortalidade até 5 anos de idade	46,5	23,9

Taxa de fecundidade total	2,8	2,2
---------------------------	-----	-----

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010).

Olhando para os dados do índice de Gini da região, percebe-se que a situação entre a população da UDH é de igualdade em relação a sua renda, que é de 0,40 em 2010, pois se o número se aproximar de zero significa haver maior igualdade entre as pessoas e mais próximo de um significa maior concentração de renda para uma minoria, como mostra a definição a seguir:

Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010)

A porcentagem de pessoas extremamente pobres na UDH é de 2,39, em 2010. A renda per capita média é de R\$ 360,27, a renda per capita de Fortaleza é de R\$ 846,36 e na Região Metropolitana, de R\$ 688,72. A proporção no ano de 2010 de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 é de 15,72%, na UDH é de 12,14% e de 16,04% na Região Metropolitana. Com isso, mostrando que a região onde situa-se os condomínios é local de pessoas pobres. Como mostra a tabela abaixo:

Tabela 06 - Renda, Pobreza e Desigualdade - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE

	2000	2010
Renda per capita	233,99	360,27
% de extremamente pobres	11,45	2,39
% de pobres	41,10	15,72
Índice de Gini	0,46	0,40

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010).

As populações que são economicamente ativa encaixam-se entre as pessoas de 18 anos ou mais na tabela abaixo, a taxa de atividade dessa população é de 67,78% nesta UDH. A taxa de desocupação que é o percentual da população que está desocupada com 18 anos ou mais é de 11,18%. A população que está ocupada de 18 anos ou mais é de 53,74, em 2010.

Tabela 07 - Ocupação da população de 18 anos ou mais - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE

	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	60,02	67,78
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	16,48	11,18
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	49,23	53,74
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	33,39	57,22
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	15,95	30,37
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	59,23	19,07
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	91,68	88,20
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	98,04	98,73

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010).

Os dados referentes a habitação e os demais citados são do ano de 2010, ano da última coleta de dados atualizada no Atlas de Desenvolvimento Humano, período anterior a entrega de casas, com isso acredita-se que os residenciais ainda não se encontravam nesses dados sobre habitação.

Tabela 08 - Indicadores de Habitação - UDH - Ancuri I / Paupina I – CE

	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	95,27	98,23
% da população em domicílios com energia elétrica	99,56	99,79
% da população em domicílios com coleta de lixo	83,71	94,63

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010).

Tabela 09 - Vulnerabilidade Social - UDH - Ancuri I / Paupina I - CE

Crianças e Jovens	2000	2010
Mortalidade infantil	38,00	22,20
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	71,31	56,64
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	8,23	1,86
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	25,56	14,01
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	3,41	7,53
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	4,16	3,70
Família		
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	78,90	50,07
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,36	2,30
% de crianças extremamente pobres	15,58	2,85
Trabalho e Renda		
% de vulneráveis à pobreza	73,66	46,64

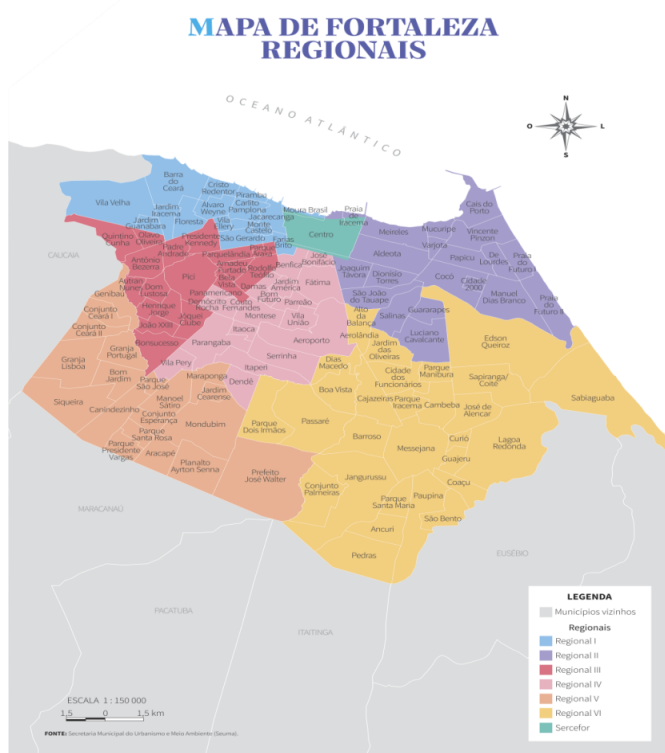
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	58,25	40,59
Condição de Moradia		
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	75,29	95,06

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2010).

Os dados desta última tabela são bastante auto explicativos, porém, alguns dados chamam atenção como, 50.07% de um total de mulheres que são chefe de família são de mães que não tem ensino fundamental e com pelo menos um filho. Isso pode ter acontecido por diversos motivos como gravidez na adolescência, abandono de estudos para ingressar no mercado de trabalho antes do tempo, ou uma união estável que se desfez. O percentual de crianças de 0 a 5 anos, correspondente à primeira infância, que estão fora de creches e escolas é de 56,64%, e de 6 a 14 anos é de 1,86%. O percentual de pessoas a partir de 18 anos que estão sem o ensino fundamental e estão trabalhando informalmente é de 40,59%, no ano de 2010. Os conhecidos “Nem Nem” nome dado a população que nem estuda e nem trabalham estão representados na tabela pelo grupo de 15 a 24 anos de idade, e são de 14,01%.

4.1 Residencial Complexo dos Escritores

Figura 1 – Mapa de Fortaleza com a localização dos condomínios



Fonte: Anuário do Ceará (2018-2019).

O Complexo dos Escritores está situado no bairro Paupina na divisa com o bairro Messejana, Fortaleza- CE, próximo a rua Antero de Quental, possui 1.920 unidades habitacionais distribuídos em oito residenciais, seus nomes são: Carlos Drummond de Andrade, Castro Alves, José de Alencar, Machado de Assis, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Monteiro Lobato e Jorge Amado. Os quatro primeiros atendem as demandas do governo do Estado, os demais são demandados pela prefeitura. De acordo com o site do Governo do Estado o investimento total dos seus empreendimentos foi de R\$ 98.492.795,47, sendo R\$ 13.243.527,95 do Tesouro Estadual.

Os moradores dos residenciais foram pessoas contempladas de um sorteio realizado pela prefeitura de Fortaleza no dia 04 de dezembro de 2015. Participaram deste sorteio pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, moradia em situação de risco e moradia de aluguel. Sendo assim, obtiveram a oportunidade de sair de moradias precárias, sem saneamento básico e de crescimento desordenado, que é um grande problema no Brasil.

Os sorteios realizados, tiveram seu sistema eletrônico auditados pela Empresa de Tecnologia de Informação do Ceará (ETICE). O órgão, que é externo à estrutura organizacional da Prefeitura, possui o resultado de cada sorteio e chaves criptografadas de verificação de sua não adulteração. O sistema eletrônico de sorteio foi elaborado para sortear candidatos a beneficiários do Programa obedecendo a todas as disposições estabelecidas pelas Portarias nº 412, de 6 de agosto de 2015, e nº 595, de 18 de dezembro de 2013, do Ministério das Cidades e na Resolução Municipal nº 47, de 27 de agosto de 2013. (SITE DO HABITAFOR, 2017)

As pessoas que participaram do sorteio se enquadram em determinados critérios de vulnerabilidade socioeconômica, que são:

- Famílias residentes em área de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; famílias de que façam parte pessoas com deficiência;
- Famílias beneficiárias do Programa de Locação Social, conforme art. 12 da Lei Municipal nº 10.328/2015;

- Famílias numerosas, que configure densidade excessiva de moradores por dormitório (número médio de moradores superior a três por cômodo utilizado como dormitório), bem como coabitação familiar, que compreenda a soma das famílias conviventes secundárias apenas com intenção apenas com intenção de construir domicílio exclusivo e são consideradas déficit habitacional) e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto cedido por empregador;
- Famílias da qual façam parte membros com as seguintes crônicas incapacitantes: as definidas na Lei nº 8.112, de 1990 (servidor público) e Lei nº 8.213, de 1991 (setor privado): tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacidade, espondiloartrose anquilosante (lesão entre as vértebras da coluna), nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação e Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids).

No modelo na infraestrutura de cada condomínio percebe-se que são locais fechados devidamente murados e com guarita de vigilância, portões automáticos, estacionamento de veículos para moradores, salão de festas e reuniões contendo copa, lavabo e depósito, playground para crianças (1 (um) escorregador, 1 (uma) cadeirinha, 2 (dois) balanços e 1 (um) cavalinho), campinho gramado de futebol, rede de iluminação composta de 14 (quatorze) postes de concreto com 6 (seis) metros de altura e 2 (duas) luminárias cada e 58 (cinquenta e oito) postes de concreto com 3 (três) metros de altura e 1 (uma) luminária cada, além de caixas d'água e para-raios.

Nas áreas comuns dos blocos percebeu-se *hall* de acesso, *hall* de pavimentos, número de pavimentos 2 (dois), número de apartamentos por andar 4 (quatro), sendo assim 8 (oito) apartamentos por blocos. Cada condomínio existe uma quantidade de apartamentos adaptados para portadores de necessidades especiais. Por exemplo, no Graciliano Ramos são 312 (trezentos e doze) unidades sendo 16 (dezesesseis) adaptados.

Cada apartamento sala e cozinha mescladas estilo cozinha americana, área de serviço, 2 (duas) quartos e 1 (um) banheiro. Internamente são pintados com tinta textura

branca, possuem cerâmicas brancas no chão e janelas de vidro. As plantas do projeto arquitetônico dos residenciais encontram-se em anexo deste trabalho.

Logo abaixo encontra-se imagens do local exemplificando a estrutura física dita acima:

Figura 2 - Condomínio Graciliano Ramos



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016).

Figura 3 – Bloco contendo 08 apartamentos



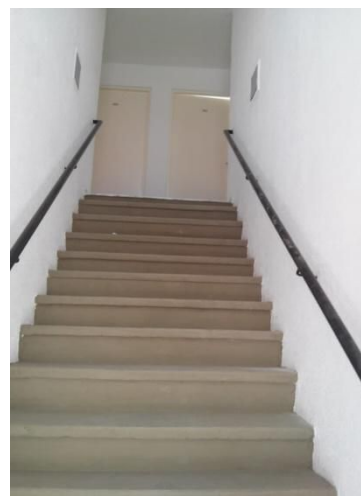
Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016).

Figura 4 – Ruas entre blocos



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2016)

Figura 5 – Hall de entrada dos blocos



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor (2019).

4.2 Os impactos na vida dos moradores a partir da aquisição dos apartamentos

Foram entrevistados 15 moradores do Complexo dos Escritores, destes, 6 (seis) foram beneficiários do Programa por meio do sorteio e os outros 9 (nove) não foram. Ao longo das entrevistas será citada falas dos entrevistados, porém, não será divulgado os nomes dos participantes, sendo eles substituídos por letras.

Dos participantes sorteados que responderam, todas eram mulheres. Dos não beneficiários que participaram, 5 (cinco) deles moram com os beneficiários, 3 (três) pessoas moram pagando aluguel e 1 (uma) comprou o apartamento de um beneficiário. Ao todo eram 8 (oito) mulheres e 7 (sete) homens. As idades variaram de 19 (dezenove) a 63 (sessenta e três) anos.

Em relação à escolaridade dos entrevistados, 2 (duas) pessoas têm ensino fundamental incompleto, 1 (uma) ensino médio incompleto, 10 (dez) ensino médio completo e 2 (duas) ensino superior incompleto. Destes, 6 (seis) são solteiros, 6 (seis) são casados, 2 (dois) convivem em união estável e 1 (uma) é viúva.

Das profissões dos entrevistados foram citados açougueiro, serviços gerais, recepcionista, vigilante, autônoma, diarista, telemarketing, auxiliar administrativo, estudante e dona de casa.

Sobre suas moradias anteriores foram citados os bairros, Jangurussu, Praia do Futuro, Barra do Ceará, município de Aratuba, Monte Castelo, Barroso, Messejana, Dias Macêdo, Granja Portugal, Bairro de Fátima e Pirambu.

Ao ser perguntado se os entrevistados conheciam o PMCMV antes de morar no apartamento, 11 (onze) disseram sim e 4 (quatro) disseram que não, passaram a conhecer somente no período de divulgação de inscrição. E quando perguntado se superou suas expectativas morar nos condomínios, então, somente 1 (uma) pessoa disse que não, e os demais relataram que não imaginavam que seriam como são, pois, pensava-se que seria mais simples, isso em relação a sua estrutura física. Também gostaram por ser um condomínio fechado, o que traz maior sensação de segurança, também por ser tranquilo e quieto, onde se pensava que seria mais perigoso e bagunçado.

Ao perguntar se estavam satisfeitos em morar no Complexo dos Escritores todos afirmaram que sim, a maioria morava de aluguel e relataram que agora estão pagando uma mensalidade mas quando terminarem o apartamento serão deles, diferentemente de uma casa alugada. A maioria relatou que acredita que o programa é uma boa política pública,. Uma moradora respondeu,

Pago o financiamento sabendo que no final a casa é minha. O dinheiro que foi economizado com aluguéis mando para a minha família do interior, para filha e neta. Além, do fato de agora eu puder ter um lazer. (Moradora A, 2019)

Entretanto, 1 (uma) moradora relatando que mesmo estando satisfeita morando no local, encontra-se chateada com o aumento do valor da parcela da conta de água que está mais alta, ela está desempregada e por causa disso sente dificuldade em fazer o pagamento de suas dívidas.

Todos falaram que gostaram de conhecer novas pessoas após se instalarem no local. Disseram ter gostado de seus novos vizinhos.

Também foi dito que a proximidade com o bairro Messejana facilita no momento de vivenciarem suas rotinas diárias, já que este bairro é bastante movimentado economicamente, com presença de bancos e comércio movimentado.

Perguntou-se sobre algo negativo presente nos condomínios, foi dito que a administração dos síndicos não era eficiente, pois, há problemas com relação a limpeza do espaço que deveria ser maior, principalmente pelo fato dos moradores pagarem uma mensalidade de valor aproximado de R\$ 60,00 (sessenta reais), variando entre os condomínios. Esse valor arrecadado de todos os apartamentos é usado para pagamento de porteiro, síndico, manutenção predial e serviços gerais.

Também foi falado sobre as facções que se instalaram no local, apesar dos moradores se sentirem seguros, todos gostariam que não tivesse comandos de crimes organizado por perto, como medo de acontecer algo pior como tiroteios com balas perdidas. Os traficantes e demais usuários de drogas não são de incomodar os moradores, cada um vive respeitando o espaço do outro, fazendo com que a população não tenha medo deles.

Outro fato relatado sobre aspectos negativos foi a respeito da distância dos condomínios em relação ao emprego, farmácia, comércio e faculdade dos moradores, além do fato de ter somente uma linha de ônibus circulando nas redondezas, sendo

obrigatório a ida de todos para o terminal da Messejana. Constata-se que seria interessante a criação de uma linha de ônibus para o bairro Centro, onde muitos têm os seus compromissos.

Perguntou-se sobre o que teria feito o entrevistado sentir mais dificuldade no momento das inscrições para participar do sorteio. A maioria disse que não sentiu dificuldades na inscrição, porém houve alguns relatos bastante marcantes. A moradora B, relatando sobre pegar fila no habitafor em meio ao processo de inscrição disse a seguinte frase,

“Senti dificuldade no habitafor, demorou muito, cheguei a desmaiar de fome na fila. Me inscrevi em 2009, esperei até 2016 para receber meu apartamento.”
(Moradora B, 2019)

A moradora C, relatou que sua família havia recebido promessas de receber uma casa antes mesmo de passarem pelo processo de inscrição, isso porque eles moravam em área de risco altamente precária, a prefeitura prometeu tirá-los de lá oferecendo um apartamento em um dos empreendimentos do PMCMV, que na época eram Complexo dos Escritores, os residenciais do José Walter, e os residenciais da Barra.

Foi relatado entre os participantes que houve muita locomoção no momento de inscrições, tiveram que se deslocar para o CRAS – Centro de Referência e Assistência Social, para a Regional responsável pelo seu bairro e no habitafor.

Perguntou-se para os entrevistados, sem eles precisarem citar nomes, se eles já haviam presenciado os beneficiários do programa vendendo o apartamento adquirido, e 3 (três) pessoas afirmaram que não e 12 (doze) afirmaram que sim.

Perguntou-se como eles avaliam a segurança no Complexo dos Escritores escolhendo entre as opções péssimo, ruim, regular, bom e ótimo. 1 (um) entrevistado disse péssimo, 7 (sete) pessoas disseram regular, 5 (cinco) disseram bom e 2 (dois) ótimo.

Foi feito perguntas seguindo a escala Likert, onde as pessoas teriam que escolher uma de cinco opções em suas respostas, que são:

- Discordo totalmente;
- Discordo parcialmente;
- Não concordo, nem discordo;
- Concordo parcialmente;

- Concordo totalmente.

Na afirmativa: Eu me sinto seguro(a) andando pelos residenciais em qualquer horário, 8 (oito) pessoas concordam parcialmente; 4 (quatro) concordam totalmente; e 3 (três) não concordam, nem discordam. A pergunta continua buscando saber em qual turno o entrevistado mais se sente inseguro, e 6 (seis) disseram noite, 5 (cinco) manhã e 4 (quatro) não responderam por sentirem-se seguros totalmente.

Na afirmativa, há presença de policiamento circulando nas redondezas do Complexo dos Escritores: 6 (seis) disseram que concordam parcialmente; 4 (quatro) discordam totalmente; 4 (quatro) não concordam, nem discordam; e 1 (um) discorda parcialmente. Nesta pergunta as pessoas ficaram bem divididas, pois, uns disseram que vêem o carro da polícia militar passando na rua principal entre os condomínios e outros disseram nunca ter visto eles passando, e outros falaram que só andam pelo local quando são chamados em ocorrências.

Em relação a estrutura física do local, exemplos, prédios, iluminação, encanamento de água e esgoto, e etc. Perguntou-se se estavam satisfeitos com a infraestrutura do residencial e: 10 (dez) responderam que concordam totalmente; 4 (quatro) concordam parcialmente; e 1 (um) discorda parcialmente. Demonstrando estarem satisfeitos com a estrutura física do espaço. Quando perguntado sobre a satisfação da limpeza, 8 (oito) concordam parcialmente; 4 (quatro) concordam totalmente; 2 (dois) discordam totalmente; e 1 (um) não concorda, nem discorda.

A respeito se os entrevistados se encontram satisfeitos com o comércio, 6 (seis) responderam que concordam totalmente; 3 (três) concordam parcialmente; 3 (três) discordam parcialmente; 2 (dois) nem concordam, nem discordam; e 1 (um) discorda totalmente.

Em relação a presença de pontos de atendimento a saúde dos moradores, como, por exemplo, postos de saúde e hospitais, foi perguntado se eles encontravam-se satisfeitos com o atendimento, 9 (nove) disseram que discordam totalmente; 2 (dois) concordam totalmente; 2 (dois) concordam parcialmente; 1 (um) nem concorda, nem discorda e 1 um discorda parcialmente.

Na afirmativa, estou satisfeito com a presença de escolas e creches para o público dos residenciais: 7 (sete) pessoas discordam parcialmente; 2 (duas) não

concordam, nem discordam; 2 (duas) concordam parcialmente; 2 (duas) concordam totalmente; 1 um discorda parcialmente; e 1 (um) concorda totalmente.

Sobre o transporte público, ao saber se estão satisfeitos, 5 (cinco) concordam parcialmente; 4 (quatro) concordam totalmente; 3 (três) discordam totalmente; 2 (dois) discordam parcialmente; e 1 (um) não concorda, nem discorda. Os que falaram que concordam são pessoas que estão satisfeitas com o novo trajeto do ônibus que agora passa na rua principal dos condomínios, a rua Marta Gradwohl, que antes os moradores tinham que andar vários minutos até chegar ao ponto de ônibus mais próximo que havia, a rua Antero Quental.

Em relação ao financiamento com o Banco Caixa Econômica ou Banco do Brasil. Estou satisfeito com o valor da parcela mensal do meu financiamento: 11 (onze) responderam que concordam totalmente; 1 (um) discorda parcialmente; e 2 (dois) não responderam porque moram de aluguel, porém, encontram-se satisfeitos com o valor mensal que pagam no aluguel. Apesar do valor da parcela ser condizente com o ganho salarial mensal do morador existem pessoas que não conseguem fazer os seus devidos pagamentos.

Há um dado do governo federal que fala que uma das principais preocupações do programa é a taxa de inadimplência. Foi realizado no ano de 2016 e mostrou que 25% dos beneficiários do PMCMV inclusos na faixa de renda 1, a mais baixa, não estavam pagando as prestações do programa. Ressalta-se que isto pode levar à perda do imóvel. (POLITIZE!, 2017)

Perguntou-se qual sugestão o entrevistado daria para melhoria na infraestrutura dos residenciais, e falou-se que seria importante um estacionamento coberto para os veículos porque é prejudicial para os carros levarem chuva e sol durante todo o dia, mais uma vez questionou-se a administração do síndico que relataram que não era uma boa gestão, isso nos condomínios onde foram feitas as entrevistas que foram em dois diferentes.

Uma melhor limpeza nos residenciais é bastante questionada, principalmente pelo fato da lixeira ser fora do condomínio em um dos condomínios. Mas, também constata-se que os moradores não deveriam jogar lixo no chão, como também deveriam limpar as fezes de seus animais de estimação deixadas quando os moradores saem para passear com os seus *pets*, o que contribui para a sujeira do local e dificuldade dos

funcionários em cumprir o papel de zelar pelo ambiente. O *hall* de entrada dos blocos é limpo pelos moradores, questionou-se que deveria ser obrigação dos funcionários tal limpeza.

Também foi dito em se fazer praças por perto para servir como área de lazer, posto de saúde próximo, já que o do bairro vizinho está superlotado, e uma creche integral para que os pais possam deixar suas crianças e poderem ir trabalhar com mais tranquilidade.

Foi sugerido também, câmeras de segurança, interfones, cercas elétricas no muro, e que a arquitetura dos blocos priorize a ventilação das residências, visto que os apartamentos são extremamente quentes, e mesmo com as janelas abertas há dificuldade na circulação do ar. Recomendou-se também que o caminho dos pedestres passem nas ruas entre os blocos é muito estreito, que deveria ter sido tirado a grama e ter feito um piso completo nas ruas. Um total de 5 (cinco) pessoas não respondeu esta pergunta por encontrarem-se satisfeitos com o residencial.

A Caixa Econômica Federal juntamente com a construtora dos residenciais, Rodan Engenharia S/A, enviaram por um período de um ano após a entrega dos apartamentos uma equipe que faziam uma manutenção nos condomínios buscando saber se havia algum defeito na infraestrutura para fazer os devidos consertos. Porém foi relatado pelos moradores que esta equipe não era tão frequente e demoravam para fazer o conserto após a solicitação do morador.

No final, pediu-se que os entrevistados dessem uma nota de 1 (um) a 10 (dez) para o residencial Complexo dos Escritores: 9 (nove) pessoas deram nota 08 (oito), 3 (três) pessoas deram nota 10 (dez), e 3 (três) pessoas deram a nota 07 (sete). Com isso, percebeu-se que os moradores encontram-se satisfeitos com suas moradias.

Foi bastante difícil para o pesquisador realizar as entrevistas pelo fato das pessoas terem medo de responder perguntas. Foi de extrema importância orientá-los que esta pesquisa não era de realização da prefeitura de Fortaleza e que não seria revelado seus nomes publicamente. O pesquisador não aprofundou na temática sobre segurança na entrevista devido ao mesmo fator.

4.3 Relato pessoal do pesquisador como residente no lócus estudado

O pesquisador deste trabalho e sua família foram contemplados com o financiamento de um apartamento no Complexo dos Escritores por meio do primeiro sorteio realizado pela prefeitura. Estes moravam anteriormente em um bairro chamado Barroso 1, que é uma comunidade carente da cidade e com isso se enquadraram nos requisitos para participarem do sorteio.

Após a mudança de residência percebeu-se uma grande mudança no bem-estar da família, pois, passou a morar em um local com saneamento básico e moradia bem estruturada. Onde estavam não havia essa infraestrutura. A partir daí viu a oportunidade de tratar como tema de seu trabalho final da Universidade o seu próprio local de moradia tendo em vista que sua vida e a vida, assim como a vida dos demais moradores teve bastantes mudanças e certamente também grandes melhorias.

Através da técnica de Diário de Campo realizou uma observação no local e analisou os pontos positivos e negativos do lócus da pesquisa e resgatando na memória o dia de sua chegada relatou em seu diário como foi o processo de entrega das casas.

Depois de divulgado resultado dos sorteios, a prefeitura marcou o dia para os contemplados fazerem uma vistoria em seus apartamentos para saberem se havia algum problema que tivesse de ser resolvido antes das entregas. Depois, em outro dia, houve a entrega das chaves, havia muitas pessoas naquele dia que aguardavam ansiosamente aquele momento, havia um palco com vários políticos, inclusive o prefeito, discursando e realizando as festividades de inauguração dos residenciais. Formou-se uma fila em frente cada condomínio com os seus respectivos moradores, pois naquele momento todos já sabiam em qual condomínio, bloco e apartamento ficariam, e então todos entraram e ficaram aguardando no salão de festa o chamado para entrega das chaves. Após a entrega os beneficiários já poderiam fazer uso de seu apartamento.

O primeiro ano de morada foi o mais difícil por causa do processo de adaptação, por exemplo, como as casas foram entregues no mês de junho não tinha como as mães transferirem seus filhos de escola, muitas tentaram, outras deixaram os seus filhos nas escolas antigas até o ano acabar. Porém não foram todas as mães que tinham a oportunidade de dar a passagem do ônibus para os seus filhos irem às suas escolas, logo, algumas crianças perderam o ano letivo porque suas mães tiveram que tirá-los da escola

por causa da mudança mas não conseguiram matriculá-los nas redondezas da nova moradia.

O fato é que o atual prefeito Roberto Cláudio em seu discurso na inauguração relatou que no futuro próximo seria construído creches para as crianças, posto de saúde e uma escola nas proximidades dos condomínios, e isso teria condições de ser feito já que existem terrenos vazios nas proximidades que poderiam ser melhor aproveitados, porém, isso não aconteceu.

Em relação aos postos de saúde, algumas famílias continuaram no primeiro ano recebendo acompanhamento e atendimento pelos postos de saúde de seu antigo bairro, hoje em dia, estão sendo atendidas no posto de saúde do bairro próximo, porém, acarretou no aumento no número de pacientes do posto.

Outra promessa dita na inauguração é que seria ampliado o número de ônibus que circulava na região, a linha 632 – Alto Alegre/Messejana, ou que seria criado uma nova linha de ônibus que sairia do terminal e o seu final da linha seria os condomínios, e isso também não aconteceu. Com isso, os ônibus que circulavam na região ficaram superlotados devido a quantidade de moradores novos no bairro. Atualmente o ônibus Alto Alegre está circulando entre os condomínios para facilitar o acesso das pessoas que antes tinha que andar até a rua Antero Quental para pegar o ônibus, rua essa onde o mesmo já circulava.

A distância dos condomínios é outro fator observado, ele está situado em um dos últimos bairros de Fortaleza antes de chegar no município de Eusébio, dando origem a várias questões para os moradores: isso se deu ao fato de não haver terrenos desocupados na cidade nas proximidades do Centro ou de outros bairros mais ativos e movimentados economicamente? Isso ocorreu porque os terrenos vazios na cidade eram mais caros e sairia muito caro para a prefeitura ou banco financiador comprá-los? Ou a prefeitura quis afastar mais a população beneficiária dos apartamentos que são pessoas carentes economicamente levando-os para as extremidades da cidade?

De acordo com a arquiteta Ermínia Maricato a base do projeto do PMCMV deveria ser o planejamento do uso e ocupação do solo:

A base deveria ser o planejamento do uso e da ocupação do solo, nas instâncias de prefeituras, de regiões metropolitanas e governos estaduais. Mesmo porque o Governo Federal não tem competência constitucional para fazer política urbana. A localização deveria levar em conta a boa articulação do

conjunto habitacional com o tecido urbano, a sustentabilidade ambiental, a mobilidade, o acesso às fontes de trabalho. E o projeto não deveria se limitar só às moradias. O mix de renda, de tipologia de habitação, as áreas para comércio, também deveriam ser fatores determinantes. Se possível, deveria ser dada até a possibilidade para o morador abrir um negócio na sua própria casa. (MARICATO, Erminia. Entrevista sobre o tema repensar o modelo do Minha Casa Minha Vida. Au: set. 2009)

Além desses problemas, existe também outro em relação ao financiamento da Caixa Econômica, nem todos os moradores têm condições econômicas para pagar as mensalidades da casa, apesar do valor mensal ser baixo, com isso, alguns estão atrasando os pagamentos e outros vendendo a moradia e voltando para os seus bairros anteriores. Contudo, os apartamentos não podem ser vendidos por um período de dez anos de acordo com o contrato da casa, como penalidade o beneficiário e o comprador do apartamento, se descobertos, perdem o direito de posse e o bem torna-se de apropriação do banco financiador do mesmo.

Uma questão observada no local é a presença de facções criminosas dentro dos condomínios. Desde a inauguração, muitas pessoas que são ligadas diretamente com o crime organizado residem no Complexo dos Escritores, alguns foram beneficiários do programa, outros apropriaram-se de apartamentos vazios, sim, apesar de todas as unidades terem sido sorteadas, nem todas as pessoas tomaram posse de seu apartamento, pois houve pessoas que nem ao mesmo compareceram na entrega das chaves. Na época a prefeitura relatou que algumas pessoas não sabiam que tinham sido beneficiadas no sorteio, com isso, estes apartamentos que ficaram abandonados tornaram-se do uso da “facção”.

Estes apartamentos vazios foram destinados tanto a vendas, para qualquer um que quisesse comprá-los, como também para o recebimento de membros da “facção” dos variados bairros da cidade para que estes ficassem mais próximos dos demais membros, tornando-se novos moradores do local.

Acima foi posto a palavra facção entre aspas, isso porque especificamente no Residencial Complexo dos Escritores, diferentes de outros residenciais, não é dominado por uma facção. Há uma pichação no muro de entrada com a seguinte sigla, CPS Tudo Neutro, que significa Comunidade Pôr-do-Sol, que seria o nome do comando presente na região. Este comando não permite entrada de facções dentro dos condomínios com o intuito de dominação da área, como também não são submissos a nenhuma facção

criminosa, por isso a definição tudo neutro, devido a sua imparcialidade e neutralidade entre as rivalidades.

Figura 6 – Pichação no muro de entrada dos condomínios



Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2019).

O comando mantém a “ordem” no local, quando ocorrem brigas de vizinhos ou casais, assaltos nas imediações ou qualquer outro tipo de conflito que possa fazer com que as pessoas sintam o desejo de chamar a polícia, eles (comando) imediatamente buscam resolvê-los como forma de impedir a presença do policiamento na região. Os assaltos citados não são acometidos pelos integrantes do comando, pois, os mesmos não cometem este tipo de crime na “área de proteção”, quando o roubo ou furto ocorre, geralmente, é feito por pessoas não ligadas ao crime organizado, e o comando busca descobrir o culpado para puni-lo, até mesmo com a própria vida dependendo do caso.

Outro fato observado é a presença de cercas em frente de alguns apartamentos no andar térreo que alguns moradores estão fazendo para não haver circulação de pedestre próximo de suas janelas e porta. Uma situação parecida ocorre nos andares de cima, alguns moradores estão colocando portões nos *halls* de entrada dos blocos por medo de assaltos ou para não haver circulação de pessoas nas escadas, cada apartamento do andar superior toma posse de uma chave.

Figura 7 - Exemplo de espaço cercado



Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2019).

Foi observado também, em relação a limpeza do local, que o espaço destinado para o lixo de dois dos condomínios, estão sendo usados com outros objetivos. Em todos eles há um espaço próprio para os moradores colocarem o lixo para quando o caminhão da prefeitura passar possa coletá-los, como em qualquer outro condomínio, inclusive os que não são do PMCMV. Porém, nos Condomínios Castro Alves e no Graciliano Ramos as pessoas não se adaptaram a colocar o lixo nestes espaços e exigiram de seus síndicos que fosse pedido na prefeitura camburões de colocar lixo por ser de costume dos moradores, desde suas moradias anteriores, colocar os seus lixos neles. E os espaços próprios para o lixo, estão sendo usado como pontos comerciais, como, por exemplo, salão de cabeleireiro, venda de garrafões de água e loja de roupas.

Figura 8 – Espaço destinado ao lixo, agora ponto comercial



Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2019).

Figura 9 – Camburão de lixo



Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2019).

Em relação ao comércio, não havia mercantil ou mercadinhos nas proximidades dos Condomínios, as pessoas tinham que andar por muito tempo até chegar a um estabelecimento comercial. Com isso, alguns moradores passaram a comercializar dentro dos próprios condomínios, de acordo com as regras da prefeitura e dos bancos financiadores isso não poderia acontecer, mas foi a solução mais viável que os moradores encontraram.

Algo bastante interessante observado foi a presença de ocupação de terra por parte de alguns beneficiários e seus parentes no entorno dos condomínios. Como relatado anteriormente na pesquisa, há presença de espaços vazios deixados nas proximidades do residencial, percebendo isso, alguns moradores ocuparam estes terrenos com intuito de construir casas, como mostra a imagem a seguir:

Figura 10 – Ocupação de Terras



Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2019).

Inclusive, começaram a instalar comércios nesses terrenos, como mostra a figura a seguir:

Figura 11 – Padaria construída em terreno baldio



Fonte: Arquivo Pessoal do autor (2019).

Se as pessoas foram contempladas como apartamentos novos, por que ocupar terrenos e construir novas casas? Estas mesmas não se encontram terminadas, porém, percebe-se a presença de moradores habitando-as. Acredita-se que sejam parentes que buscaram ficar próximos de seus familiares, ou simplesmente pessoas que possuem o costume de praticar esse ato de ocupar terrenos, o que pode ser um hábito enraizado. De acordo com Tylor (Tylor, 1981 *apud* LARAIA, 1986) define como cultura sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética, como diríamos hoje. Ou seja, as pessoas desenvolveram hábito em suas antigas moradias e hoje transformam o ambiente atual conforme os seus costumes. Porém de acordo com Harris (Harris, 1969 *apud* LARAIA, 1986), Marvin Harris um estudioso das obras de Locke, afirmou que nenhuma ordem social é baseada em verdades inatas, uma mudança no ambiente resulta numa mudança no comportamento. Sendo assim, pode-se pensar que os moradores dos residenciais podem adquirir novos costumes conforme a nova moradia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, descreveu-se sobre a questão habitacional no Brasil, como foco no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), principal política habitacional brasileira atualmente. Diante do exposto, percebeu-se que o Programa proporcionou a população atendida a oportunidade de uma moradia digna e adequada, com infraestrutura e saneamento básico, haja visto que muitos moravam em barracos improvisados e insalubres.

Cabe aqui destacar, a extrema importância que os governos nas três instâncias têm, em darem continuidade a programas e projetos como este, oferecendo através dessas iniciativas, o mínimo de dignidade a pessoas antes excluídas socialmente de uma moradia adequada para viver.

Verificou-se que a maioria dos moradores entrevistados estão satisfeitos com suas novas moradias. Entre os principais fatores positivos destacados pelos mesmos, estão a oportunidade de moradia em casas próprias, com infraestrutura e saneamento básico adequado. No entanto, constituem fatores negativos segundo relato dos entrevistados, a localização do residencial em relação aos bairros centrais de Fortaleza; a ausência de escolas, postos de saúde, espaços de lazer e principalmente pela falta de policiamento nas redondezas onde se localizam os apartamentos.

Conforme dados colhidos nas entrevistas, observou-se que os integrantes da facção criminosa Comando Pôr-do-Sol, transmitem a alguns moradores a falsa sensação de segurança, vista enquanto pacífica em relação convivência com o grupo. Porém, a partir do momento que há a interferência na sistemática do grupo criminoso, os moradores acabam por sofrerem punições.

Os programas de habitação seguem os princípios dos direitos humanos em relação à estrutura física e adequada do local, mas ainda deixam a desejar em alguns requisitos básicos, como por exemplo, a sua transversalidade e integração com outras políticas, como as de saúde e de educação.

O planejamento estratégico é essencial para a execução de uma política pública de forma eficiente. Os gestores públicos precisam realizar projetos que atendam as necessidades da população, além de garantirem melhores condições de vida para quem irá usufruir da política. O planejamento traz medidas eficientes e eficazes desde a sua

formulação até a fase de implementação das políticas, logo, o êxito de qualquer política pública depende de um bom planejamento.

Para o pesquisador deste trabalho, seria importante a consulta e a participação da população na construção das políticas públicas, por parte dos gestores antes de serem implementadas, de forma a atender melhor às necessidades de seu público alvo. Com isso, vale destacar como exemplo, que projetos como o Residencial Complexo dos Escritores não apresentariam tantas falhas em seu desenho.

Por fim, diante do observado nas pesquisas e estudos feitos pelo pesquisador, compreendeu-se que o PMCMV foi concebido para dinamizar a construção civil brasileira e combater os efeitos da crise econômica internacional iniciada em 2008, como também se tornou um importante instrumento para reduzir o déficit habitacional do país. Mas, para além disso, o Programa retira pessoas de locais insalubres proporcionando melhores condições de moradia. Se houvesse a possibilidade das políticas trabalharem em conjunto e complementares, resultaria em um melhor bem estar e qualidade de vida para estes moradores.

Os problemas habitacionais no Brasil são históricos, e as políticas habitacionais são recentes no país. Muito ainda tem de ser feito a fim de garantir moradia digna às pessoas, contudo, o Programa Minha Casa Minha Vida, assim como outros programas sociais, encontra-se ameaçado pelo atual governo federal, o que poderá acarretar em um retrocesso na vida de milhares de brasileiros, que sonham com a casa própria. Sendo assim, poderá ser uma área das políticas públicas que poderá ficar estagnada em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. Editora Pro: São Paulo, 2000.
- BRANT, Danielle; FERNANDES, Anaïs. **Obras do Minha Casa Minha Vida estão sob risco de paralisação**. 2019. Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/obras-do-minha-casa-minha-vida-esta-o-sob-risco-de-paralisacao.shtml>. Acesso em : 20 de abr. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: SEGRAF, 2015.
- BRASIL. Site do Palácio do Planalto. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/02/entenda-as-novas-regras-do-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 11 de jul. 2018.
- CAREGNATO, Rita Catalino Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo**. Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 11 de nov. 2018.
- CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. **O questionário na pesquisa científica**. São Paulo, 2000. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1255609/mod_resource/content/0/O_questionariona_pesquisacientifica.pdf. Acesso em: 09 de nov. 2018.
- COCURUTTO, Ailton. **Os princípios da dignidade humana e da inclusão social**. São Paulo: Malheiros, 2008.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. Editora Edart: São Paulo, 2017.
- CUNHA, Luísa Margarida Antunes da. **Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes, 2007**. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1229/1/18914_ULFC072532_TM.pdf. Acesso em: 05 de jun. 2019.
- DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031. 2008.
- DANTAS, Adriana B., BERTINI, Alexandre A. **A Habitação de Interesse Social em Fortaleza: Compreendendo uma realidade a partir da avaliação pós-ocupação**. XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído. 2006.

DIÁRIO DO NORDESTE. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/16-da-populacao-de-fortaleza-esta-concentrada-em-favelas-1.1141477>. Acesso em: 11 de jul. 2017.

FORTUNA, Carlos (org.). **Ensaio de Sociologia: cidade, cultura e globalização**. P.34. Lisboa: Celta editora, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. , 2002. Disponível em: file:///C:/Documents%20and%20Settings/PC-Familia/Meus%20documentos/Downloads/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2018.

HABITAFOR. **Plano Local de Habitação**: Pelo ingresso à terra urbanizada e à moradia digna e sustentável. 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. : São Paulo: Centauro editora, 2008.

MELO, Marcus André B. C. **Política de Habitação e Populismo**: O caso da Fundação da Casa Popular. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/rua/article/viewFile/3105/222>. Acesso em: 13 de nov. 2018.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MANZINE, Eduardo José. **Entrevista Semi-estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Maria%CC%81lia.pdf. Acesso em: 11 de nov. 2019.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books . Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 15 de nov. 2018.

NOVO “Minha Casa” deve ter aluguel em vez de posse na faixa de menor renda. **Exame**, 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/novo-minha-casa-deve-ter-aluguel-em-vez-de-posse-na-faixa-de-menor-renda/>. Acesso em: 24 de mai. 2019.

O POVO. Anuário do Ceará 2018-2019. Disponível em: http://www.anuariodoceara.com.br/_cartola/2018-2019/. Acesso em: 14 de nov. 2018.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. Sobre as Origens da Favela. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273621468004.pdf>. Acesso em: 03 de dez. 2018.

PAULO, Folha de S.. **Recursos do Minha Casa Minha Vida acabam em junho, diz ministro**. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/recursos-do-minha-casa-minha-vida-acabam-em-junho-diz-ministro.shtml>. Acesso em: 24 de abr. 2019.

POLITIZE!. **Entenda o Programa Minha Casa, Minha Vida**. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/minha-casa-minha-vida-entenda/>. Acesso em: 15 de jun. 2019.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. A Evolução do conceito de cidadania. **Revista de Ciências Humanas (Taubaté)**, Taubaté-SP, v. 7, n.2, p. 17-23, 2001.

ROMAGNOLI, Alezandre J. **O programa “minha casa, minha vida: continuidades, inovações e retrocessos**. São Paulo, 2012. Disponível em <https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/artigoalexandrermagnoli.pdf>. Acesso em: 14 de nov. 2018.

SECCI, Leonardo. **Análise de Política Pública: diagnóstico, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SERRANO JÚNIOR, Odoné. **O direito humano fundamental à moradia digna: exigibilidade, universalização e políticas públicas para o desenvolvimento**. Curitiba: Juruá Editora, 2012. 238p.

SYMANSKI, Rosa; MAWAKDIYE, Alberto. **Au: É preciso repensar o modelo**. 2009. Entrevista Concedida a Ermínia Maricato. Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/186/artigo151670-2.aspx>. Acesso em: 23 de mai. 2019.

VALLADARES, Licia do Prado *et al.* **Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras a margem, 2002.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DO
COMPLEXO DOS ESCRITORES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nº

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

Este questionário faz parte de um trabalho acadêmico. As informações solicitadas são confidenciais e em nenhum momento seu nome será mencionado na pesquisa como também não será mencionado nos resultados. Solicitamos sua colaboração respondendo adequadamente cada item. Agradecemos por sua gentileza.

Identificação

Idade: _____ **Gênero:** () M () F () Outro

Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a) () Outro(a)

Escolaridade:

() Sem escolaridade () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo

Profissão: _____

Bairro em que morava anteriormente: _____

Sobre o Programa

01 – Você foi um(a) dos(as) beneficiários(a) do sorteio dos apartamentos do PMCMV realizado pela prefeitura?

() Sim () Não

Se não, como adquiriu o apartamento em que mora?

() Moro com o(a) beneficiário(a)

() Comprado

() Alugado

() Cedido

() Ocupação

02 – Você já conhecia o Programa Minha Casa Minha Vida antes de morar no apartamento?

() Sim () Não

03 – Superou suas expectativas morar no Complexo do Escritores?

Sim Não

Justifique sua resposta:

04 – Você encontra-se satisfeito por morar no Complexo dos Escritores?

Sim Não

Justifique sua resposta:

05 – Morar em um condomínio do Minha Casa Minha Vida trouxe alguma melhoria na sua vida? Quais?

06 - Morar em um condomínio do Minha Casa Minha Vida trouxe algo negativo ou que te prejudique de alguma forma em sua vida? O que, por exemplo?

07 – O que fez você sentir mais dificuldade no momento das inscrições para participar do sorteio? Comente.

08 – Como você avalia a segurança no Complexo dos Escritores?

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

09 – Eu me sinto seguro(a) andando pelos residenciais em qualquer horário:

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Não concordo, nem concordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Caso não, em qual turno você se sente mais inseguro?

Manhã Tarde Noite

10 – Há presença de policiamento circulando nas redondezas do Complexo dos Escritores:

- Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente
 Não concordo, nem concordo
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

11 – Sem citar nomes, você já presenciou algum(a) beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida vendendo o apartamento ganhado?

Sim Não

12- Em relação a estrutura física do local, prédios, iluminação, encanamento de água e esgoto, e etc. Estou satisfeito com a infraestrutura do Residencial:

- Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente
 Não concordo, nem concordo
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

13 – Estou satisfeito com a limpeza do Residencial:

- Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente
 Não concordo, nem concordo
 Concordo parcialmente
 Concordo totalmente

14 – Qual sugestão você daria para melhoria de infraestrutura dos Residenciais?

15 – Estou satisfeito com o comércio nas proximidades do Residencial:

- Discordo Totalmente
 Discordo Parcialmente

- Não concordo, nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

16 – Em relação a presença de pontos de atendimento a saúde dos moradores. Ex: Postos de Saúde, hospitais, ambulatorios, e etc. Estou satisfeito com o atendimento para o público dos Residenciais:

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

17 –Estou satisfeito com a presença de escolas e creches para o público dos residenciais:

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

18 – Em relação a mobilidade do transporte público na região. Estou satisfeito com os ônibus que circulam nas proximidades do Residencial Complexo dos Escritores:

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

19 – Em relação ao financiamento com o Banco Caixa Econômica ou Banco do Brasil. Estou satisfeito com o valor da parcela mensal do meu financiamento:

- Discordo Totalmente
- Discordo Parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

20 – De um modo geral, de 1(um) a 10(dez), que nota você daria ao Residencial Complexo dos Escritores sendo ele uma construção do Programa Minha Casa Minha Vida? _____

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário(a), do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de graduação Paulo Henrique da Silva Barros, de matrícula de número 381930, do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, que pode ser contatado pelo e-mail paulohenriquesbarros@gmail.com e pelo telefone (85) 98518-3242. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com moradores do Residencial Complexo dos Escritores sob a orientação da professora Roselane Gomes Bezerra, da referida Universidade, visando, por parte do discente a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso de graduação intitulado “O Programa Minha Casa Minha Vida: narrativas de moradores como instrumento de análise de uma política pública. Um estudo a partir do Residencial Complexo dos Escritores, Fortaleza - CE”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados e publicados na pesquisa citada e que será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento, caso eu julgue necessário. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

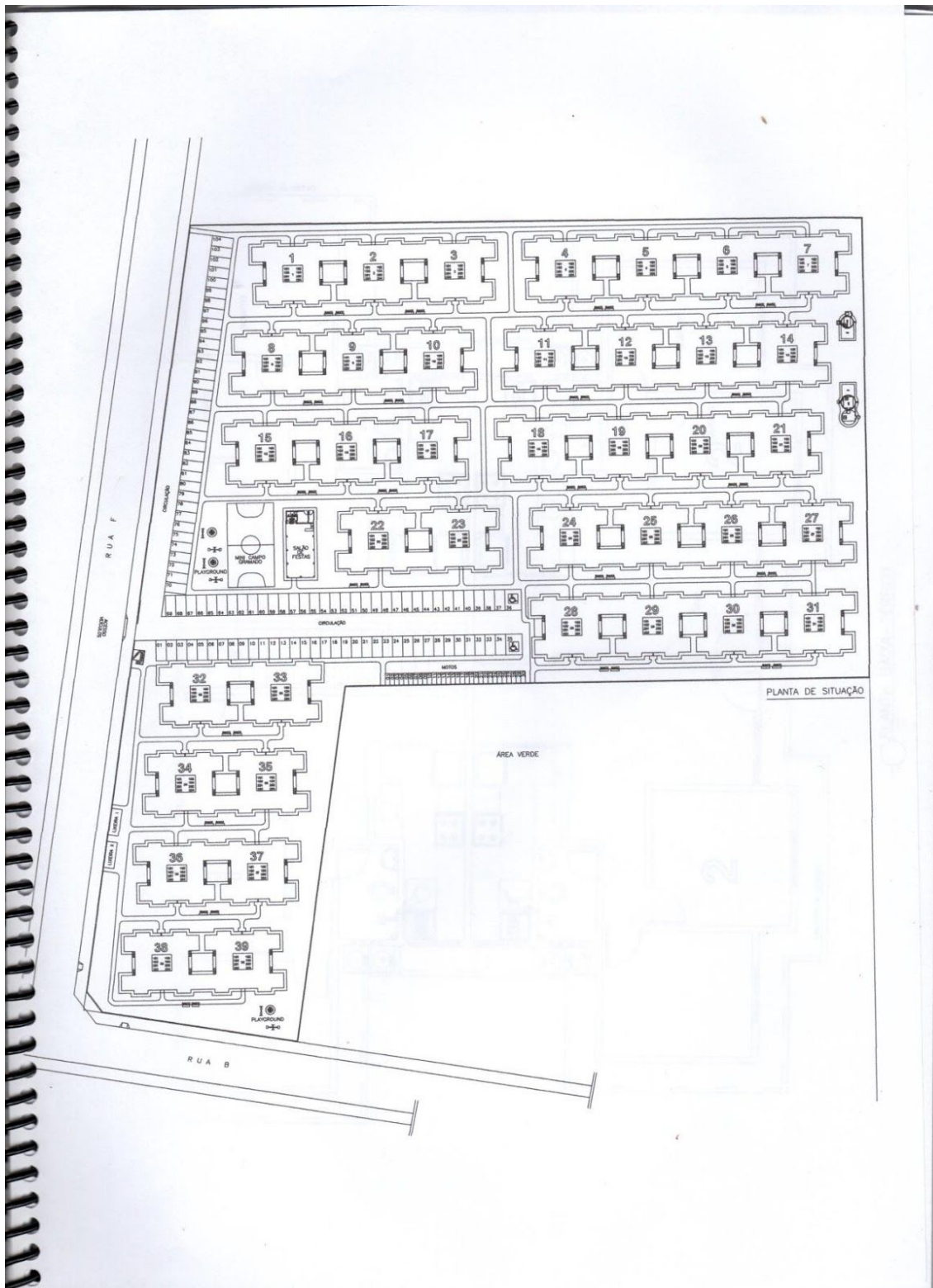
Assinatura da participante

RG ou CPF

Fortaleza, ____ de _____ de 2019

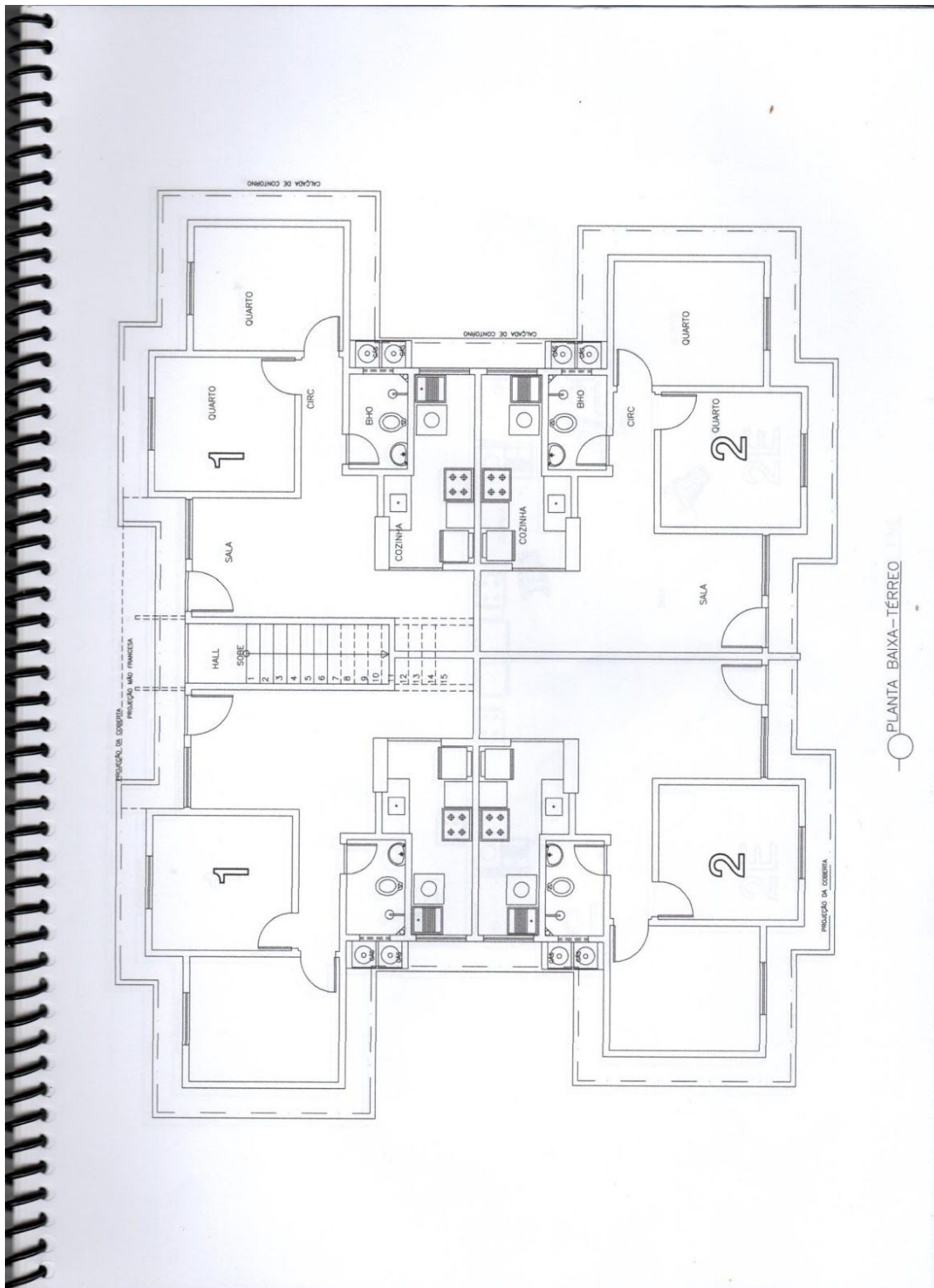
ANEXO A – PLANTAS DO MODELO DOS CONDOMÍNIO DO RESIDENCIAL COMPLEXO DOS ESCRITORES

Figura 12 – Planta de situação.



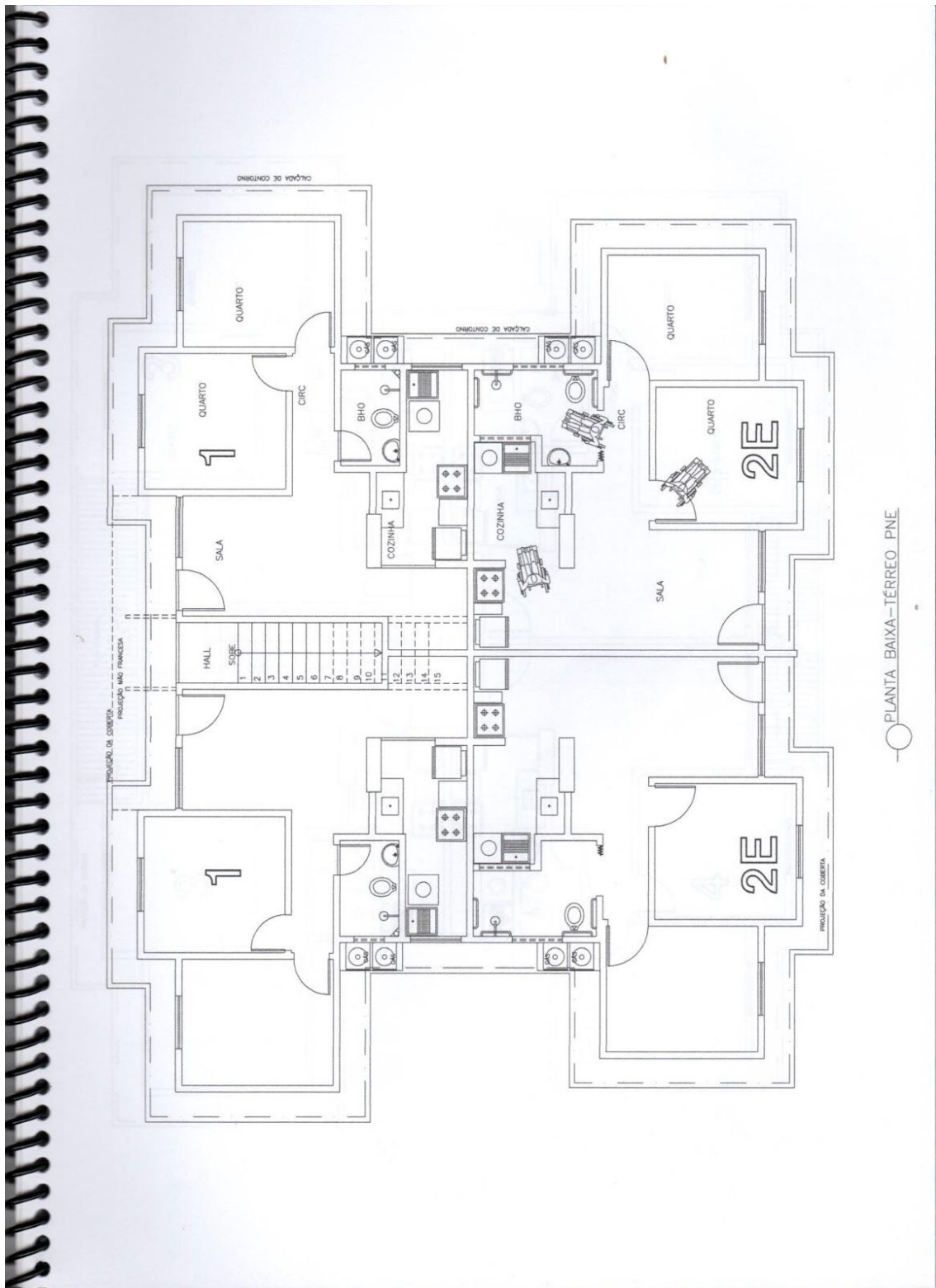
Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 13 – Planta baixa/ térreo.



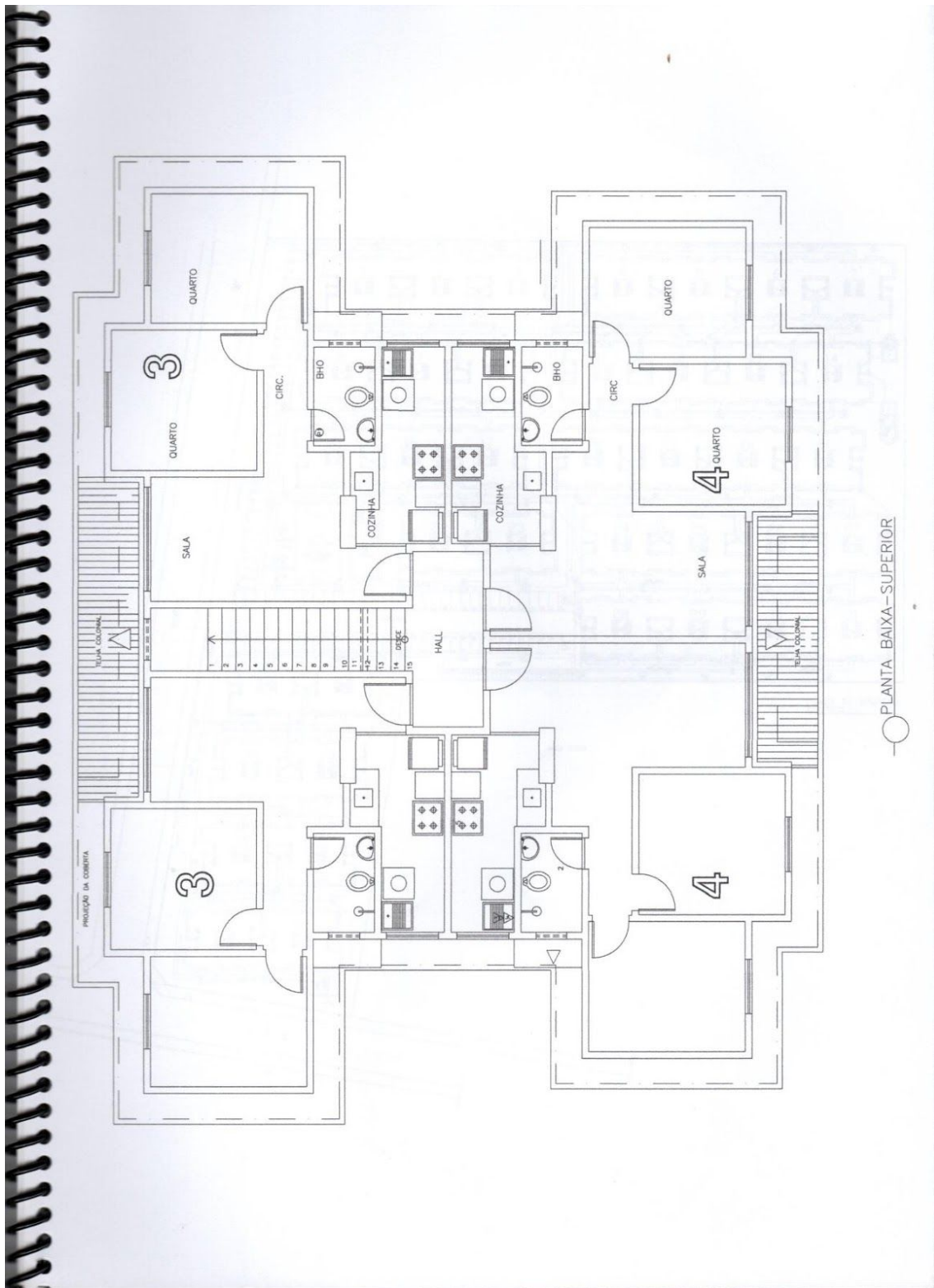
Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 14 – Planta baixa/ térreo PNE.



Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 15 – Planta baixa/ superior.



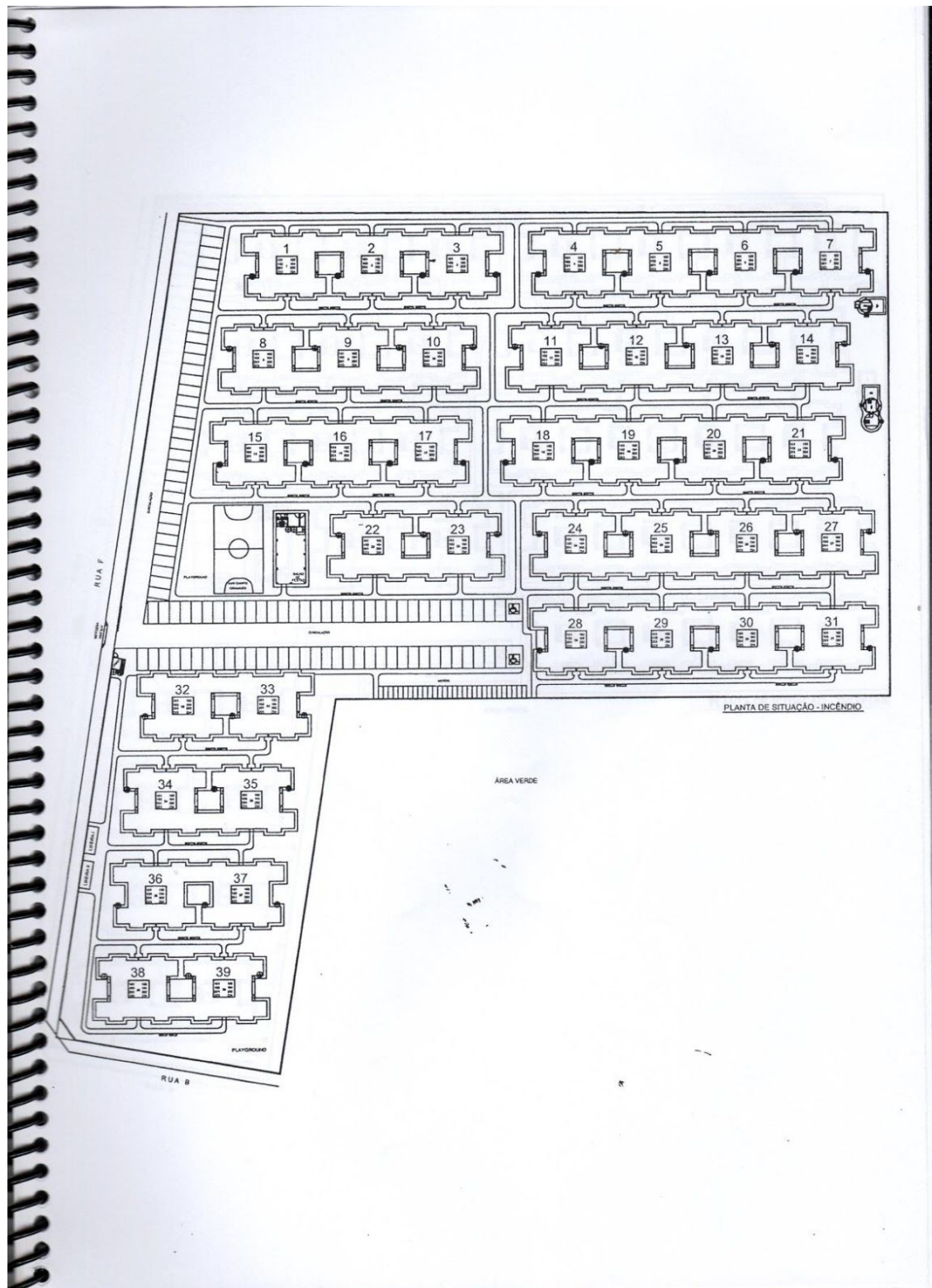
Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 16 – Planta de situação/ elétrica.



Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 17 – Planta de situação/ incêndio.



Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 18 – Planta de situação/ interfone.



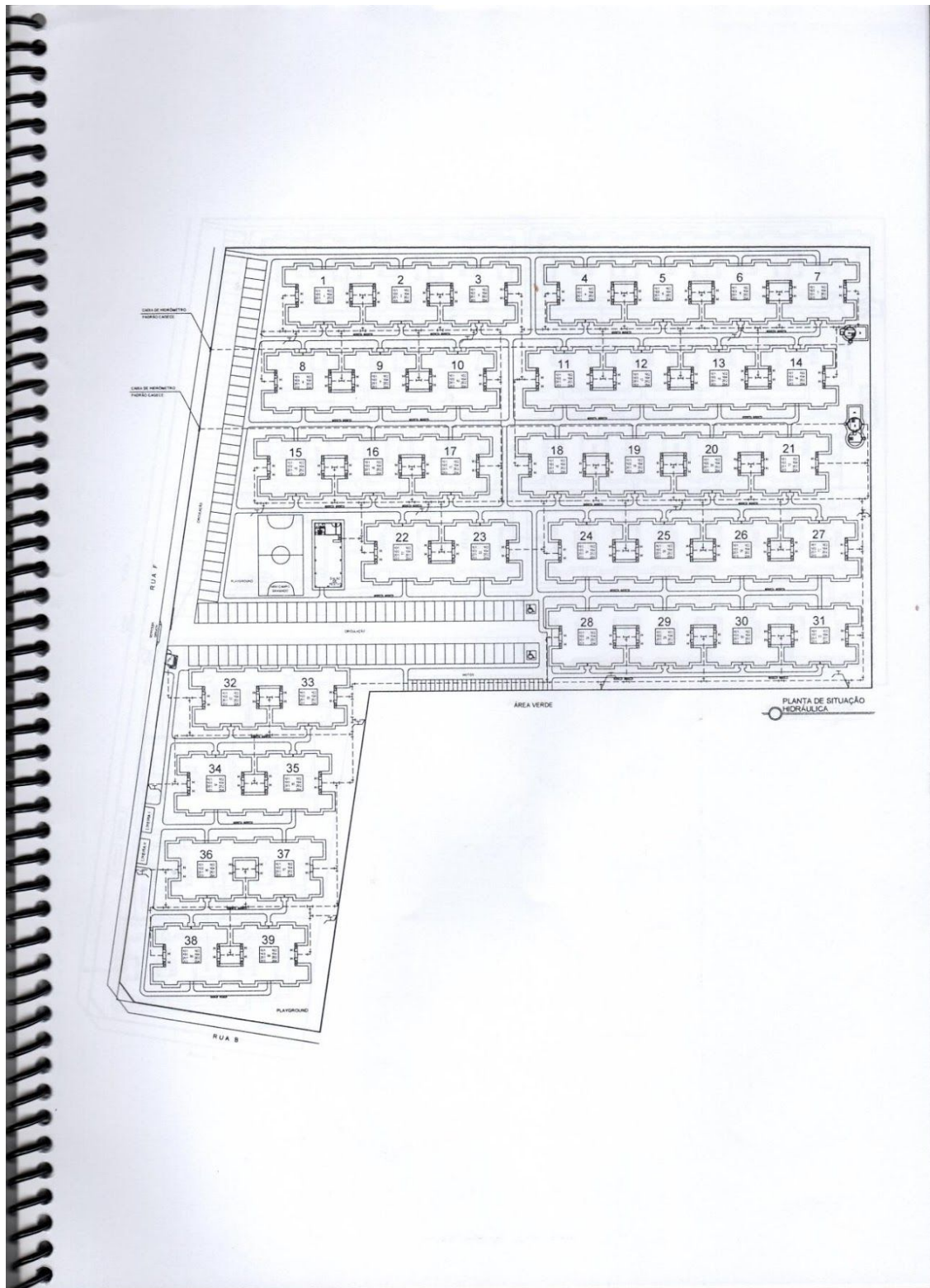
Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos

Figura 19 – Planta de situação/ telefone.



Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 20 – Planta de situação/ hidráulica.



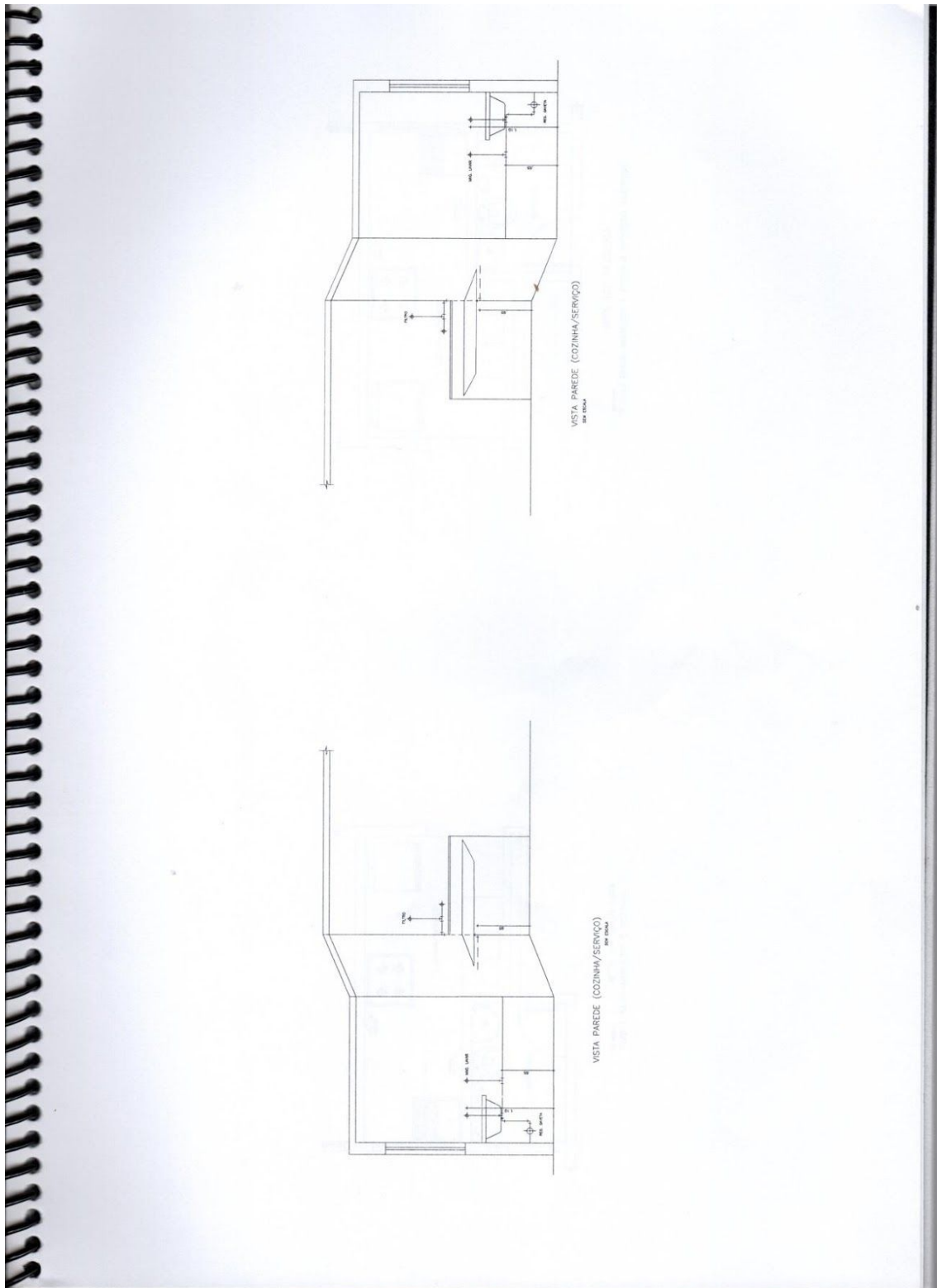
Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 21 – Planta de situação/ sanitária.



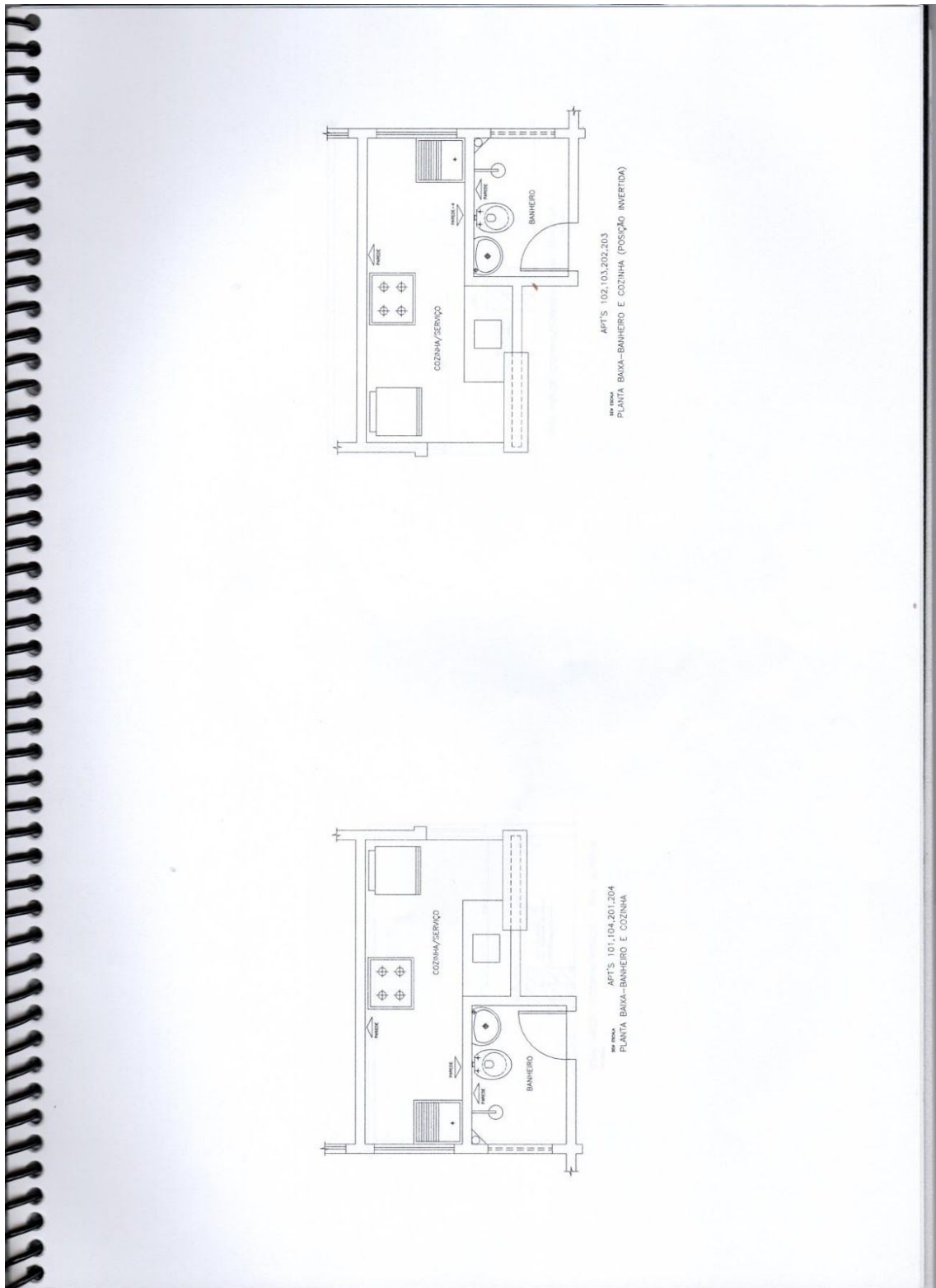
Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 22 – Vista parede/ cozinha e serviço



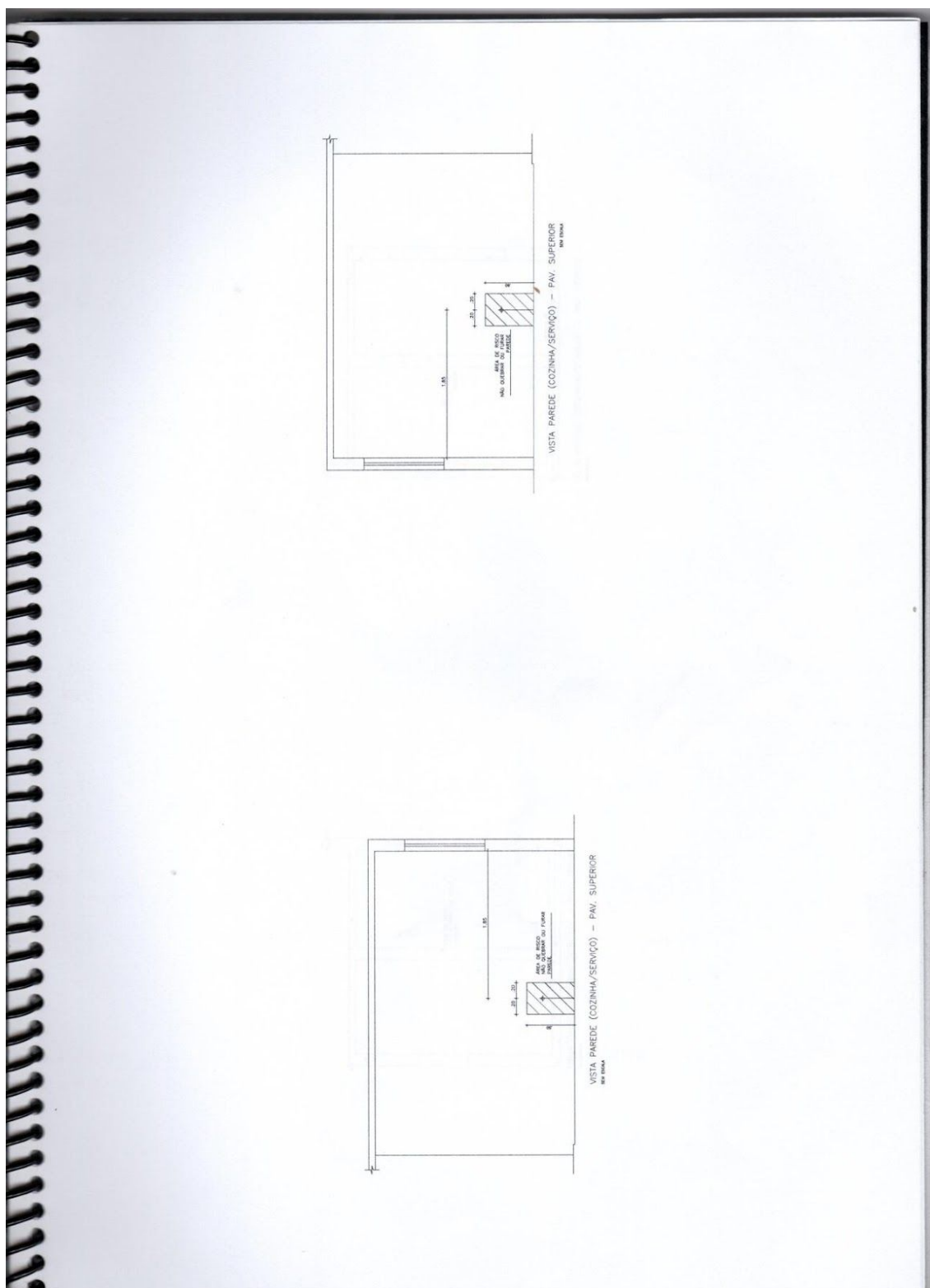
Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 23 – Planta baixa/ banheiro e cozinha



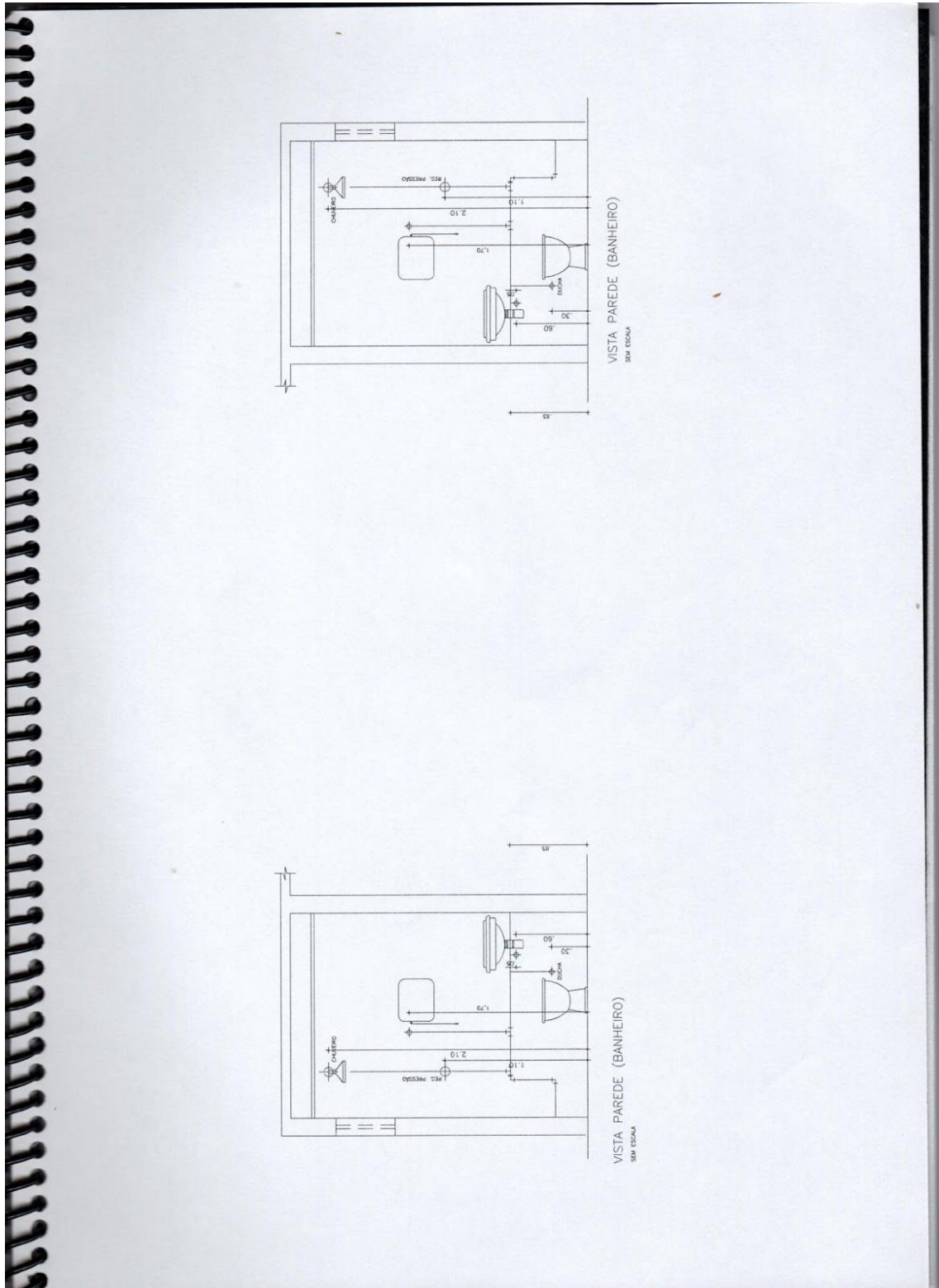
Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 24 – Vista parede/ cozinha e serviço.



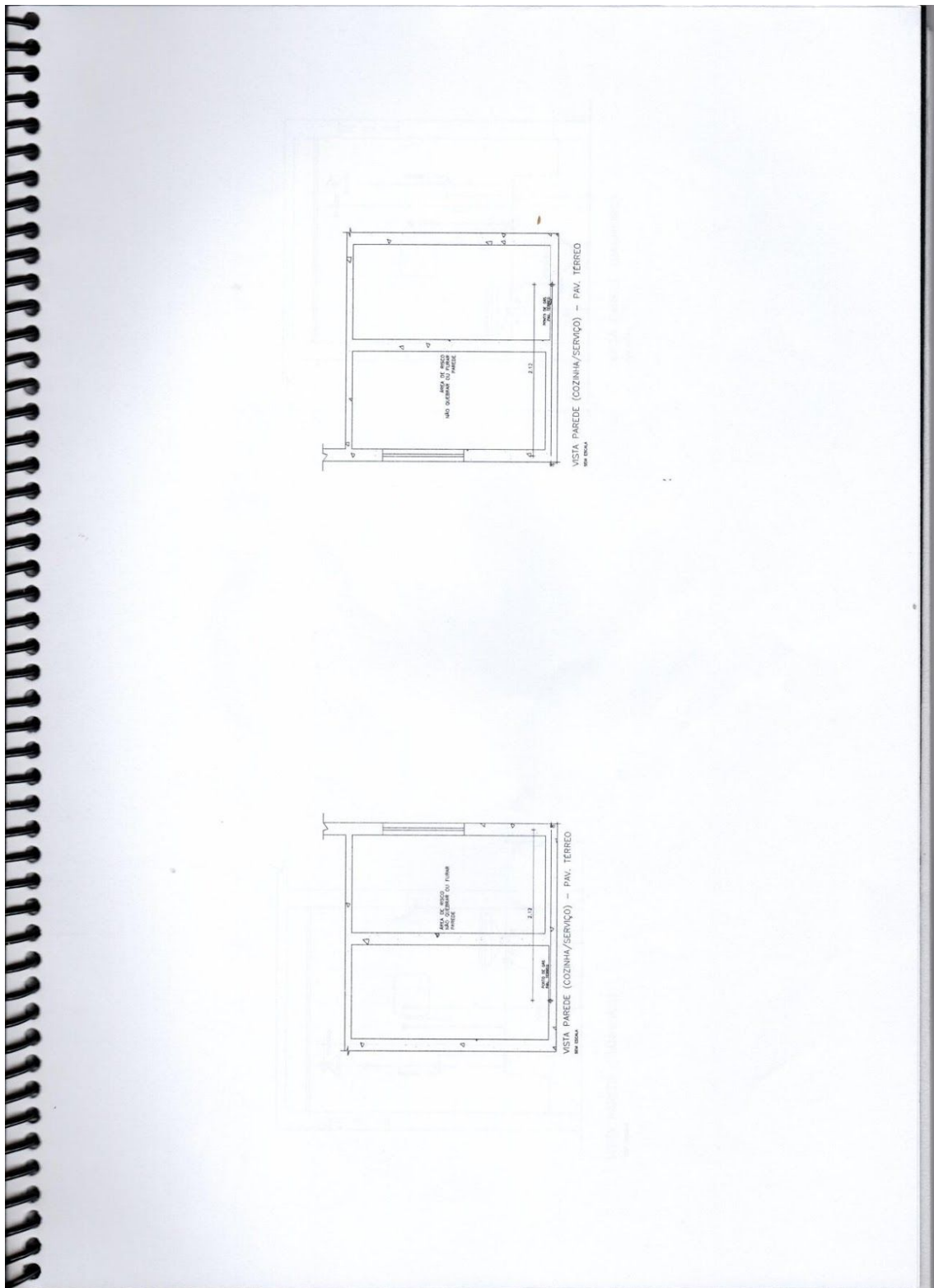
Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 25 – Vista parede banheiro.



Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos.

Figura 26 – Vista parede cozinha/ serviço/ pav. térreo.



Fonte: Manual do usuário Residencial Graciliano Ramos